

estudos e pesquisas

Nº 65 – Maio de 2013

Estudo Setorial da Construção 2012

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Estudo Setorial da Construção

Introdução

A economia brasileira, em 2012, foi marcada pelo pequeno avanço de 0,9% no Produto Interno Bruto, consequência de uma combinação de fatores: acirramento da crise na Europa e, internamente, devido à queda do investimento, principalmente na indústria. Em função desse resultado, houve impacto em diversos setores, inclusive no da Construção.

O estudo tem como objetivo analisar os indicadores de desempenho do setor da Construção em 2012, apontando possíveis tendências para 2013, com vistas a subsidiar as negociações coletivas do setor.

A atividade construtiva é composta por três segmentos: construção de edifícios – formado pelas obras de edificações ou residenciais e, por obras de incorporação de empreendimentos imobiliários; da construção pesada ou obras de infraestrutura; e de serviços especializados, conforme as divisões 41,42 e 43, da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE 2.0 (IBGE). Com o objetivo de analisar estes três segmentos da Construção, que possuem diferenças nas suas cadeias produtivas, este estudo traz uma análise desagregada dos dados para os três ramos de atividade.

Nesta introdução, são apontados os principais pontos a serem abordados no estudo. A seção seguinte trata do cenário nacional e do desempenho do setor em 2012, com vistas a entender o comportamento da economia brasileira e seus impactos para o setor da Construção.

A terceira seção traz uma análise da ocupação e do emprego, destacando a caracterização dos trabalhadores conta própria no setor da Construção e sua ocupação no mercado de trabalho nacional. O estudo também aborda a questão da rotatividade da Construção nos três segmentos: construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados. Na sequência, são destacadas as principais medidas do Governo para o setor, com ênfase nas medidas de desoneração da folha de pagamentos e nos principais programas de investimento anunciados em 2012. A seguir o estudo analisa os acidentes de trabalho na Construção, considerado um dos setores mais afetados por acidentes no ambiente de trabalho.

Os rendimentos e as relações de trabalho também são tratados neste estudo, que aborda o resultado das negociações dos reajustes e pisos salariais dos trabalhadores do setor da construção em 2012. O estudo também traz a evolução crescente das greves no setor, nos

últimos três anos, considerando número de greves, horas paradas nas greves, principais reivindicações e caráter das reivindicações das paralisações do setor.

A análise considera ainda as relações e condições de trabalho do setor, com destaque para a assinatura do Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho da Indústria da Construção, considerado uma conquista histórica para as relações de trabalho do setor, com a criação de espaço de negociação nacional tripartite, que estabelece regras e padrões nacionais para as condições e relações de trabalho para as obras do setor. A última seção trata das considerações finais.

A finalidade principal deste estudo é de disponibilizar um conjunto de informações sobre o setor da construção, para subsidiar o Movimento Sindical nas negociações coletivas e na definição de estratégias para o enfrentamento das principais questões centrais que impactam o setor, em direção a busca de relações e condições de trabalho decentes na indústria da Construção.

Conjuntura Nacional

As negociações coletivas e o cenário conjuntural

Para 2013, a tendência é que as negociações mantenham pelo menos os patamares conquistados em 2012. A situação econômica é claramente mais positiva. O Produto Interno Bruto (PIB) já está rodando em torno de 2,4% ao ano, podendo crescer entre 3,0% e 3,5% neste ano. A taxa de câmbio está mais adequada para a competitividade das exportações e para a inibição da importação de produtos industriais. A taxa básica Selic, em termos reais, está num patamar histórico dos menores e, mesmo com a elevação para 7,5%, definida na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ainda permanece em nível relativamente baixo. A inflação, cujos índices mantiveram-se elevados no primeiro trimestre do ano, tende a ficar dentro das margens estabelecidas pelo governo pelo décimo ano seguido. Este cenário, aliado ao importante papel desempenhado pelas entidades sindicais na defesa dos ganhos dos trabalhadores e no combate à desigualdade social, ações imprescindíveis para o desenvolvimento do país, abre a perspectiva para outro bom resultado em 2013.

Considerando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – indicador utilizado como referência pelo movimento sindical - 2012 se revelou o melhor ano para as negociações dos reajustes salariais desde o primeiro balanço de reajustes publicado pelo DIEESE, referente ao ano de 1996. Os resultados apurados foram positivos, seja em termos da proporção de reajustes acima da inflação (95% do total analisado), seja quanto ao valor médio do aumento real: 1,96% acima do INPC-IBGE. Os 95% de reajustes que superaram a inflação correspondem a 16 pontos percentuais (p.p.) acima do observado em 2008 e 7,5 p.p. maior que no ano anterior

(2011). O aumento real médio superou o registrado em 2010 – o maior até então desde o início da série em 1996.

A taxa de desemprego total, elemento fundamental nos resultados das negociações coletivas, apresentou variação positiva, nos primeiros meses deste ano, ao passar de 10,0%, em janeiro, para 11,0%, em março, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE e Fundação Seade, e parceiros regionais. No conjunto das regiões pesquisadas, nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego total passou de 10,8% em março de 2012 para 11,0% em março de 2013. Entre fevereiro de 2012 e de 2013, nas sete regiões pesquisadas, o rendimento médio real dos ocupados teve alta de 0,9%. Em comparação com fevereiro de 2012, no total das regiões pesquisadas, ampliaram-se as massas de rendimentos reais dos ocupados (2,1%) e dos assalariados (1,2%), devido, no primeiro caso, ao aumento do nível de ocupação e do rendimento médio e, no segundo, à elevação do nível de emprego, uma vez que se manteve relativamente estável o rendimento médio real.

Comércio e patamar inflacionário

No início deste ano, o comércio apresentou resultados bastante positivos. Em janeiro, houve acréscimo de 0,6% no volume de vendas e alta de 1,6% na receita nominal frente ao mês anterior, ambas taxas com ajuste sazonal. Das 11 atividades pesquisadas, nove tiveram crescimento em janeiro, sendo a maior taxa verificada em Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (18,5%) enquanto Material de construção subiu somente (1,3%). Em 12 meses, o comércio varejista cresceu 8,3% em volume de vendas e 12,3% em receita nominal. Já para o varejo ampliado, que inclui veículos e material de construção, a alta no período foi de 7,9% em volume de vendas e de 9,5% em receita nominal. O ano deve seguir positivo para o setor. As primeiras estimativas apontam que 2013 deve apresentar alta real de 5% a 6% no varejo em geral.

Mas, o comportamento do comércio em janeiro, nada tem a ver com a pressão inflacionária verificada no primeiro trimestre do ano, que parece estar relacionada à queda na produção de alguns produtos agrícolas de alto consumo, causada por sérios problemas na agricultura, como a seca no Nordeste¹ (a maior das últimas décadas) e a sérios desastres climáticos no Sul do país.

No entanto, vários alimentos já estão ficando mais baratos. O clima e a perspectiva concreta da melhor safra de grãos da história do país, estão possibilitando uma normalização da oferta dos principais alimentos de alto consumo no Brasil. A safra de milho, por exemplo, essencial ao consumo humano e animal, deve chegar a 76 milhões de toneladas no Brasil e os

¹ A estiagem prolongada no Nordeste é considerada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) uma das piores secas da região dos últimos 50 anos. Das 184 cidades do Ceará, por exemplo, 173 decretaram estado de emergência.

EUA podem elevar a produção para até 100 milhões de toneladas nesta colheita, recuperando-se da pior seca em quase meio século, verificada no ano passado.

A desoneração de uma série de produtos da cesta básica - carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina, além de itens de limpeza e higiene pessoal, determinada pelo governo através da Medida Provisória nº 609, anunciada em 08 de março, também deve colaborar neste processo de combate à inflação. É claro que não é possível fazer uma previsão segura dos efeitos que a desoneração dos tributos federais terá sobre o preço da Cesta Básica. Entre os motivos que dificultam esta previsão está a multiplicidade de fatores que determinam os preços finais ao consumidor, tanto do lado da oferta, quanto da demanda. Entre estes fatores podem ser citados: o custo de produção, o desempenho da safra, os efeitos do clima, o comércio internacional, as condições de distribuição nas cidades, entre outros. A tributação é mais um destes fatores, e depende da alíquota, da base de cálculo, do regime de apuração etc.. Ademais, cabe ressaltar que a desoneração tributária de um produto pode não chegar ao consumidor final de maneira integral ou mesmo parcialmente, caso este benefício seja retido pelas empresas como forma de ampliar margens de lucro sobre o faturamento. No caso da cesta básica, mesmo que a maior parte dos produtos seja comercializada de forma concorrencial, alguns têm a produção ou processamento concentrado em poucas empresas. Feitas essas ressalvas, cabe dizer que a desoneração da Cesta Básica poderia, caso inteiramente repassada aos preços, representar um alívio no orçamento das famílias².

O certo é que, apesar do alarde feito no primeiro trimestre e da pressão que acabou levando o Comitê de Política Monetária (Copom) a aumentar os juros básicos em 17 de abril, vários indicadores (além do preço dos alimentos) apontam para a desaceleração da inflação. Acertaram, portanto, os analistas que se posicionaram contra um aumento precitado dos juros, a partir do diagnóstico de que o aumento recente dos preços no Brasil não é resultado de um excesso de demanda, mas decorrência de um problema da oferta. O aumento dos juros, caso continue nas próximas reuniões do Copom, irá paralisar ainda mais os investimentos, sem resolver o problema de aumento de preços de alguns alimentos de elevado consumo, que a própria normalização da oferta já vem resolvendo.

Comportamento do PIB no Brasil em 2012

O Produto Interno Bruto (PIB) teve expansão de apenas 0,9%, em 2012 frente a 2011, resultado do aumento de 0,8% do valor adicionado³, a preços básicos e ao crescimento de 1,6% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O setor de serviços cresceu 1,7%, enquanto a agropecuária (-2,3%) e a indústria (-0,8%) registraram queda. O PIB, em valores

² Cálculos do DIEESE apontam potencial de redução no custo da Cesta Básica, que ficam entre 3,14% (Manaus) e 4,51% (Florianópolis).

³ Valor adicionado – valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

correntes, chegou a R\$ 4,403 trilhões em 2012 e o PIB *per capita* alcançou R\$ 22.402,00, mantendo-se estável (0,1%) em termos reais, em relação ao ano anterior. Este pequeno crescimento do PIB pode ser explicado por uma combinação de fatores. Além da crise mundial, que foi dura em 2012, especialmente na Europa, o investimento caiu, principalmente na indústria e uma parcela expressiva do consumo foi suprida por importações, como ocorreu em anos anteriores.

Na indústria, o destaque ficou para o crescimento da atividade de *eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (3,6%) e da *construção civil* (1,4%).

O crescimento da massa real de salários e a expansão do crédito ao consumo foram fatores que garantiram o crescimento das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias expandiu 3,1%, favorecido pelo crescimento de 6,7% da massa salarial, em termos reais, e pelo acréscimo de 14% do saldo das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas (em termos nominais). A despesa de consumo da administração pública cresceu 3,2%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)⁴ apresentou queda de 4,0% em relação ao ano passado, em razão do recuo da produção interna de máquinas e equipamentos. A taxa de investimentos, em 2012, foi de 18,1% do PIB (ante 19,3% em 2011) e a taxa de poupança de 14,8%, também apresentou um recuo em relação aos 17,2% verificados no ano anterior.

Desempenho da indústria

Os dados do PIB indicam que 2012 foi um ano ruim para a indústria brasileira, que apresentou retração de 0,8% no fechamento do período, mesmo com as medidas de incentivos concedidas pelo governo federal, como a desoneração da folha de pagamentos, por exemplo. A produção da indústria de transformação caiu 2,7% em relação a 2011. As causas para esse recuo da indústria são atribuídas à queda nas exportações e ao aumento das importações, com destaque para as dificuldades impostas pelo bloqueio argentino sobre os produtos de média-alta intensidade tecnológica, o que teria gerado um déficit comercial recorde desse segmento no ano passado de 54,5 bilhões de dólares. Para além da perda de competitividade nos diferentes segmentos da indústria pela intensidade tecnológica, está a limitação do nível de investimentos.

Apesar do resultado ruim dos investimentos em 2012, estes ainda são uma aposta em 2013, já que no último trimestre do ano passado, o indicador apresentou resultado positivo de 0,5%, o que indica uma reação com possibilidade de crescimento durante 2013. Outros

⁴ Formação Bruta de Capital Fixo – Este indicador mede o quanto as empresas aumentaram seus bens de capital, ou seja, aqueles bens que têm por finalidade a produção de outros bens. Basicamente, são máquinas, equipamentos e material de construção. É um indicador relevante porque indica se a capacidade produtiva do país está crescendo e, também, se os empresários estão confiantes no futuro.

fatores que indicam a boas perspectivas para o setor são a queda nos estoques de bens duráveis, em razão da recuperação da indústria de automóveis e caminhões com a retomada gradual da alíquota do IPI e a ampliação das consultas ao BNDES, motivadas pelo Programa de Sustentação do Investimentos (PSI). Destaca-se, também o aumento dos investimentos do governo em janeiro de 2013, de R\$ 9,6 bilhões de reais, sendo que, destes, 5,7 bilhões de reais foram desembolsos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Desempenho do Setor da Construção

A atividade construtiva é dividida por segmentos: residencial ou de edificações, comerciais ou de empreendimentos; da construção pesada ou de infraestrutura e outros – que representam um faturamento anual de R\$ 180 bilhões. O predomínio do setor da construção civil é de construtoras de pequeno porte. Das 195 mil empresas em atividade formal no país até 2011 (último dado disponível), 97,6% tinham menos de cem funcionários, 94,8% empregavam até 50 pessoas, 77,2% não passavam de 10 funcionários e somente 0,3% tinham mais de 500 empregados⁵. No segmento da construção pesada, o predomínio é de empresas incorporadoras ou multinacionais, que são competitivas em termos globais, por ter atuação internacional.

O setor da construção representou 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012. Em 2011, o setor possuía cerca de 7,8 milhões de ocupados, representando 8,4% de toda a população ocupada do país. Esta expansão foi motivada pelo aumento dos investimentos públicos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, a partir do lançamento de dois programas de governo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009.

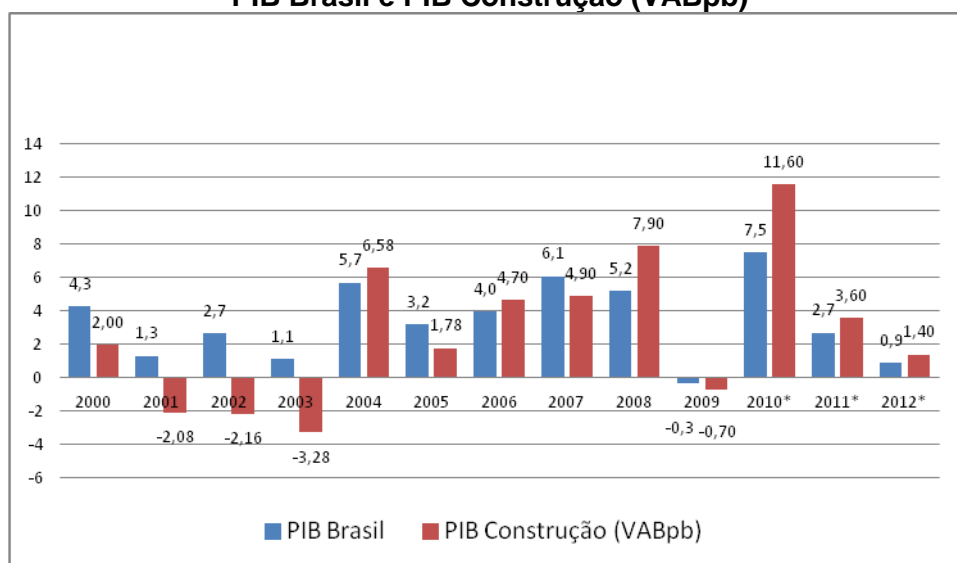
Foram investidos na cadeia produtiva da construção R\$ 349,4 bilhões em 2012.

O melhor desempenho do setor, nos últimos 24 anos, foi alcançado em 2010, quando registrou taxa de crescimento de 11,6%. Este resultado decorreu de uma combinação de fatores: aumento do crédito, queda das taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários.

A atividade na construção desacelerou em 2011, com o PIB setorial crescendo apenas 3,6%, ante os 11,6% do ano anterior. Mesmo assim, a expansão do setor foi superior àquela do PIB brasileiro que havia registrado 2,7%. Esta desaceleração pode ser explicada, em grande parte, pelo conjunto de medidas macroprudenciais adotadas pelo governo no início de 2011 e o desaquecimento da economia mundial, que contribuíram para o menor crescimento da economia brasileira, repercutindo no setor da construção (Gráfico 1).

⁵ Valor Econômico – 26 de março de 2013 – Construtoras de pequeno porte são maioria.

GRÁFICO 1
PIB Brasil e PIB Construção (VABpb)



Fonte: CBIC e IBGE

Elaboração: DIEESE

Em 2012, o setor seguiu mantendo uma taxa de crescimento superior à do país, de 1,4%, contra 0,9% de crescimento do PIB nacional.

No início de 2013, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) entregou um milhão de unidades habitacionais. Segundo o Ministério das Cidades, a iniciativa provocou em 2012, um impacto de 0,8% do PIB e contribuiu fortemente para a geração de aproximadamente 1,4 milhão de postos formais de trabalho. O programa, que tem a meta de contratar mais 700 mil unidades em 2013, tem como um dos seus desafios avançar nas maiores regiões metropolitanas, onde se encontra o maior déficit habitacional.

O volume de contratações em habitações da Caixa Econômica Federal, em 2012, foi de R\$ 106,74 bilhões. A previsão de contratações habitacionais para 2013 é de R\$ 126,5 bilhões. Em 2007, o volume de financiamentos para a construção de imóveis respondia a 14% do total liberado. Em 2013, passou a representar 41%, impulsionados pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

O volume de vendas de materiais de construção cresceu 7,4% em 2012, batendo o recorde de faturamento de cerca de R\$ 55 bilhões. Em março de 2013, as vendas cresceram 8% em relação a fevereiro, conforme a Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (Anamaco). A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para uma cesta de produtos do setor, bem como as condições favoráveis do crédito habitacional foram os fatores que ajudaram no resultado da atividade ao longo desses anos.

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH) é a principal fonte de financiamento para investimentos em habitação, com linhas de crédito para a população de baixa renda - com

recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – e para a classe média com recursos da poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Em 2012, o montante de financiamentos imobiliários com recursos do FGTS e da poupança foi de R\$ 121 bilhões, com a contratação de aproximadamente um milhão de financiamentos habitacionais. Os valores contratados nos financiamentos com recursos do FGTS (Habitação) cresceram 10,0% em 2012, em relação ao ano anterior. Quanto ao número de unidades adquiridas, o avanço foi de 9,31% (Tabela 1).

Em relação aos financiamentos imobiliários por meio da poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), houve aumento de 3,56% nos valores contratados em 2012, em relação ao ano anterior e, retração de 8,05% no número de unidades contratadas (Tabela 1).

TABELA 1
Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS e da Poupança SBPE
Brasil 2010 a 2012

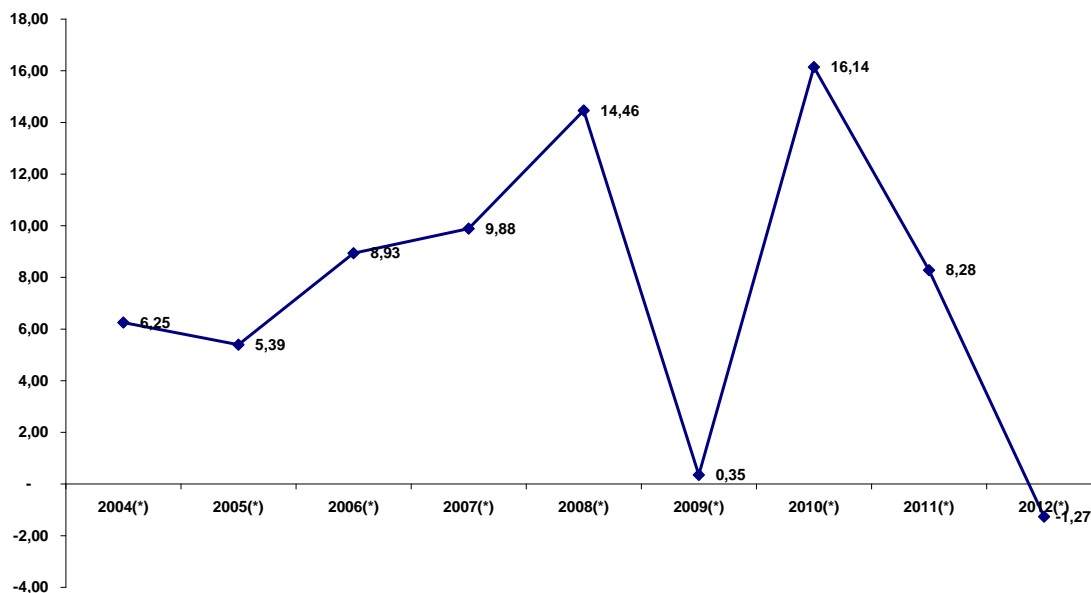
Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação			
Descrição	2011	2012	(B)/(A) %
Quantidade de Operações	267.927	240.770	-10,14
Valores Contratados	34.899.790.093	38.404.377.107	10,04
Número de Unidades	473.835	517.958	9,31
Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança - SBPE			
Descrição	2011	2012	(B)/(A) %
Valores Contratados	79.916.892.116	82.760.691.420	3,56
Número de Unidades	492.908	453.209	-8,05

Fonte: CBIC

Elaboração: DIEESE

O consumo de cimento, um dos termômetros do setor da construção tem apresentado boa performance nos últimos anos. Com exceção de 2012, quando a variação foi negativa (-1,27%), os anos anteriores mostram consumo crescente deste produto no país. Em 2012, os dados indicam que o consumo superou 64 milhões de toneladas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Varição anual do consumo aparente de cimento - %
Brasil 2004-2012



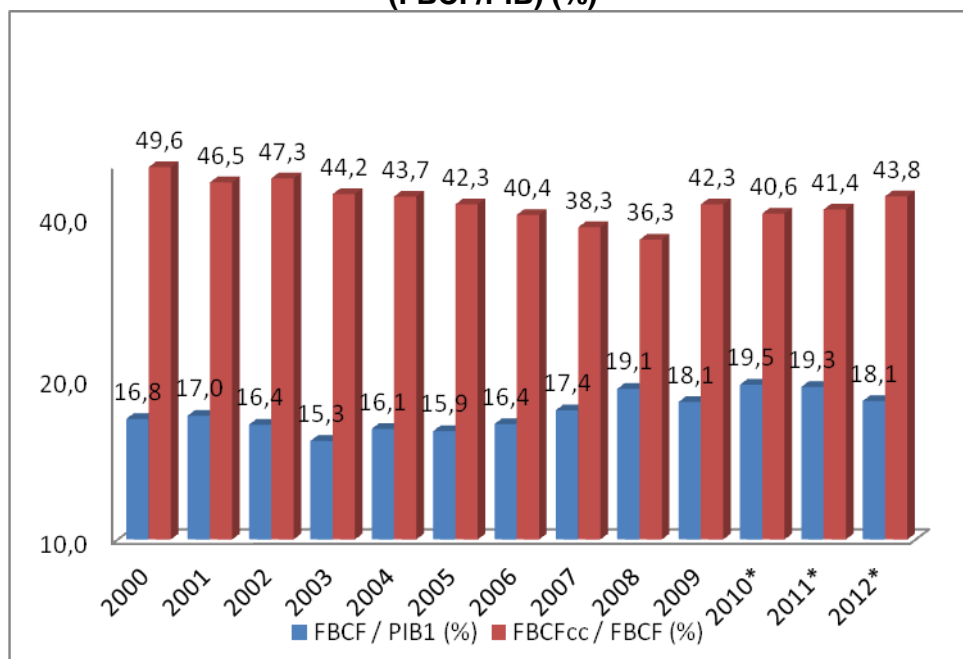
Fonte: Sindicato Nacional do Cimento – SNIC
Elaboração: DIEESE

O segmento da construção pesada tem crescido devido ao aumento do volume de investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura nos últimos anos. A expansão do investimento em infraestrutura é considerada condição fundamental para a garantia de um desenvolvimento sustentado do país. A taxa média de investimento do país em infraestrutura de 2% em relação ao PIB, apesar de ter aumentado nos últimos anos, pode ser considerada ainda muito baixa e insuficiente para sustentar o crescimento do país. No período de 2006 a 2009, a taxa média de investimento em infraestrutura/PIB foi de 2% e até 2014, este percentual poderá atingir de 2,5% a 3,0% do PIB. O país tem realizado investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 20 bilhões/mês, sendo que são necessários investir R\$ 100 bilhões/mês, para suprir o passivo de quase três décadas sem investimento em infraestrutura.

Das 50 maiores obras de infraestrutura e energia do mundo, 14 estão no Brasil, com recursos que somam R\$ 250 bilhões, destinados à transposição do rio São Francisco; à construção da usina nuclear de Angra 3; ao rodoanel de São Paulo, às usinas hidrelétricas de Teles Pires e São Luiz de Tapajós, ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, às plataformas para a produção de petróleo do pré-sal, às obras de estádios e de acessibilidade para a Copa do Mundo de 2014 e às obras de saneamento que começam a melhorar muitas cidades brasileiras⁶

⁶ Valor Econômico – 26 de março de 2013 – Pacote de grandes obras movimenta mais de R\$ 250 bilhões.

GRÁFICO 3
Participação dos investimentos em construção (FBCFcc) no total de investimentos (FBCF/PIB) (%)



Fonte: CBIC e IBGE

Elaboração: DIEESE

Obs.: Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

A evolução dos investimentos segundo seus componentes mostra tanto a ampliação dos gastos com máquinas e equipamentos, por meio da produção e importação desses bens, como a intensificação da atividade na construção. Esta trajetória é expressa na relação entre os investimentos, representados pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB. Essa relação passou de 15,3%, em 2003, para 19,1%, em 2008, mantendo-se nesse patamar até 2011, quando registrou 19,3%. Em 2012, teve queda e passou a representar 18,1 % do PIB. A participação do investimento da construção (FBCFcc) no total de investimentos produtivos do país (FBCFcc/FBCF) passou de 36,3% em 2008, para 43,8% em 2012, indicando a evolução dos investimentos do país destinados à construção. Por outro lado, a participação dos investimentos em máquinas e equipamentos teve um recuo, passando de 56,69% da FBCF em 2008, para 49,74% em 2012, refletindo a crise pela qual passa o setor industrial brasileiro.

Emprego na Construção

Em 2011, o setor da construção possuía 7,8 milhões de trabalhadores, 8,4% do total de ocupados, estimado em 93,4 milhões de pessoas, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao se analisar o setor sob a ótica da posição na ocupação, nota-se que a informalidade é predominante, uma vez que a participação de trabalhadores por conta própria alcançou o contingente de 3,2 milhões, correspondente a cerca de 42,0% do total de ocupados que,

somado ao efetivo de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, 1,7 milhão com participação de 22,0% no conjunto do setor, totalizam uma participação superior a 60% dos ocupados na construção.

TABELA 2
Número de Ocupados na Construção segundo a posição na ocupação
Brasil 2009-2011

Posição na ocupação	2009	2011	Variação (%)	Participação (%)
Total				
Empregado com carteira	1.971.110	2.458.856	24,7	31,5
Empregado sem carteira	1.588.273	1.722.965	8,5	22,0
Funcionário Público Estatutário	18.554	15.210	-18,0	0,2
Conta Própria	2.749.275	3.240.631	17,9	41,5
Empregador	393.743	221.946	-43,6	2,8
Trabalhador na Construção para o próprio uso	102.339	106.937	4,5	1,4
Não remunerado	55.398	47.526	-14,2	0,6
TOTAL	6.878.692	7.814.371	13,6	100,0
Homens				
Empregado com carteira	1.851.486	2.335.065	26,1	30,7
Empregado sem carteira	1.563.467	1.695.803	8,5	22,3
Funcionário Público Estatutário	16.081	14.832	-7,8	0,2
Conta Própria	2.739.488	3.227.452	17,8	42,4
Empregador	381.458	210.653	-44,8	2,8
Trabalhador na Construção para o próprio uso	88.667	86.151	-2,8	1,1
Não remunerado	45.441	39.924	-12,1	0,5
TOTAL	6.686.088	7.609.880	13,8	100,0
Mulheres				
Empregado com carteira	119.624	123.791	3,5	60,5
Empregado sem carteira	2.473	678	-72,6	0,3
Funcionário Público Estatutário	24.806	27.162	9,5	13,3
Conta Própria	9.787	13.179	34,7	6,4
Empregador	12.285	11.293	-8,1	5,5
Trabalhador na Construção para o próprio uso	13.672	20.786	52,0	10,2
Não remunerado	9.957	7.602	-23,7	3,7
TOTAL	192.604	204.491	6,2	100,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Ocupados na semana de referência da pesquisa, vide notas metodológicas

A despeito da elevada informalidade, convém destacar o avanço da contratação protegida. Entre 2009 e 2011, o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 24,7%, enquanto o avanço da modalidade sem carteira foi de 8,5% e dos trabalhadores classificados como conta própria, 17,9%. Há, portanto, um vigoroso processo de formalização do emprego no setor, nos últimos anos.

Na análise por gênero, merece destaque o fato de mais de 60% das mulheres ocupadas no setor da construção serem empregadas com carteira assinada, enquanto apenas 0,3% são empregadas sem carteira. Para os homens, a realidade é bem diferente: apenas 30% têm carteira de trabalho assinada; 22,3% não têm carteira e 42,4% exercem atividade no setor na condição de conta própria.

O Trabalhador Conta própria no Setor da Construção

O que diferencia o trabalhador por conta própria do trabalhador assalariado é que o primeiro detém a posse dos instrumentos de trabalho, além das competências necessárias para o exercício da atividade.

Estudo realizado pelo DIEESE e Fundação Seade/SP, em 2011, com base nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego- PED, levantou algumas características do trabalhador por conta própria no setor da construção, tais como baixa escolaridade; rendimentos menores em relação ao trabalhador protegido e extensas jornadas de trabalho. Além dessas, foram observadas outras peculiaridades do trabalhador por conta própria no setor, como a idade média mais avançada, além de serem apontados, na maioria das vezes, como a pessoa de referência da família.

Outra característica marcante dos trabalhadores por conta própria, é a baixa adesão ao sistema previdenciário, uma vez que apenas 15,8% contribuem para a Previdência Social, enquanto outros 84,2% estão à margem de qualquer benefício previdenciário, confirmando mais uma vez a alta informalidade existente no setor.

TABELA 3
Número de trabalhadores por conta própria no setor da construção , segundo a contribuição ao regime previdenciário – Brasil – 2009 e 2011

Trabalhadores Conta Própria no Setor da Construção	2009	2011	Variação %	Participação %
Contribuinte para Previdência	303.315	511.708	68,7	15,8
Não contribuinte para a Previdência	2.445.960	2.728.923	11,6	84,2
Total	2.749.275	3.240.631	17,9	100,0

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Ocupados na semana de referência da pesquisa, vide notas metodológicas

Vale destacar ainda, que o trabalho por conta própria é mais utilizado na Construção civil leve, uma vez que na construção pesada, além do trabalho ser mais especializado, os instrumentos necessários à execução são de difícil aquisição.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, em 2011, o total de empregos formais⁷ no setor da construção era de apenas 2,9 milhões, número que pode ser considerado baixo, diante do universo de trabalhadores no setor (Tabela 6.).

Por unidade da federação, nota-se que São Paulo (732.822); Minas Gerais (339.218); Rio de Janeiro (271.766) e Bahia (173.736) respondem por mais de 50% do total de trabalhadores do setor. Por outro lado, Acre (7.250), Amapá (6.497) e Roraima (3.496), são os estados com a menor presença de trabalhadores na construção.

A Questão da Rotatividade no Setor da Construção

O fenômeno da rotatividade tem causado efeitos perversos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Para o trabalhador, a rotatividade gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho, além de rebaixamento da remuneração. Para o empregador, a utilização da rotatividade representa mais um mecanismo de redução de custos.

Em estudo realizado pelo DIEESE sobre o tema no setor da construção, verifica-se que a taxa de rotatividade é significativamente maior na Construção de Edifícios (125,8% – 2011), se comparada à taxa na Construção de Obras de Infraestrutura (105,0%).

Vale destacar que taxas de rotatividade próximas ou superiores a 100% não significam que todos os trabalhadores do setor tenham sido substituídos, mas que uma parcela significativa teve dois ou mais contratos rompidos a cada ano, fazendo com que se atinjam taxas dessa grandeza.

Nota-se, ainda, que a diferença entre as taxas de rotatividade no segmento de Construção de Obras de Infraestrutura permaneceu estável ao longo do tempo, o que significa dizer que mesmo com crescimento econômico observado nos últimos anos, não ocorreu uma saída de trabalhadores neste segmento, tanto para buscar novas oportunidades como por demissão. A diferença observada entre os dois segmentos pode sugerir alterações nas condições de trabalho e remuneração.

⁷ Cabe diferenciar os dados da Pnad/IBGE, da Rais/MTE e do Caged/MTE para um melhor entendimento das informações que cada um pode fornecer. A **Pnad** é uma pesquisa amostral por domicílio, com aplicação de questionário em todos os estados brasileiros. A partir deste questionário são estimadas várias características gerais da população, da educação, do trabalho, da remuneração, entre outras. Os dados têm como referência o mês de setembro. A **Rais** faz levantamento anual de todos os empregados do ano-base em 31/12 e da movimentação dos admitidos e desligados mês a mês, sendo incluído qualquer tipo de empregado: estatutário, celetista, temporário, avulso. Todas as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho são obrigadas a informar ao Ministério do Trabalho e Emprego a movimentação dos empregados. Já o **Caged** é um levantamento mensal entre admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos - desligados = empregados no último dia do mês) e envolve apenas empregados celetistas.

TABELA 4
Taxa de rotatividade global e descontada na construção segundo Divisão CNAE 2.0,
Brasil, 2007 a 2011

Divisão CNAE 2.0	Taxa global					Taxa descontada*				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Construção de edifícios	114,0	128,5	114,4	123,2	125,8	90,6	98,8	89,4	91,9	93,9
Construção de obras de infraestrutura	102,3	118,5	107,2	119,5	105,0	82,9	94,2	88,3	96,9	83,8
Serviços especializados para a construção	90,1	101,5	99,0	107,5	109,2	71,3	78,4	77,4	80,4	80,0
Construção Civil	104,5	118,6	108,2	118,3	115,3	83,6	92,5	86,3	91,0	87,4

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Taxa descontada exclui do cálculo do mínimo entre admitidos e desligamentos, os contratos rompidos por transferências, falecimentos, aposentadorias e demissão voluntária

Além disso, o maior número de desligamentos em contratos por tempo indeterminado pode significar a utilização do artifício de demitir o trabalhador dentro do período de experiência (90 dias), pois as demais formas de desligamento não justificam o tamanho da rotatividade no setor.

TABELA 5
Distribuição dos tipos de contrato dos desligados na construção civil
Brasil, 2007 a 2011

Tipo de contrato	2007	2008	2009	2010	2011
CLT urbano vinculado a PJ prazo indeterminado	91,5%	92,3%	92,9%	93,2%	93,9%
CLT urbano vinculado a PF prazo indeterminado	4,6%	3,9%	3,8%	3,1%	2,8%
CLT urbano vinculado a PJ prazo determinado	3,0%	2,7%	2,3%	2,7%	2,1%
Demais tipos de contrato	1,0%	1,0%	1,1%	1,0%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego

Elaboração: DIEESE

Obs. PJ = Pessoa Jurídica e PF = Pessoa Física

Quando se analisa o setor da construção desagregado-o por divisões, segundo a classificação CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas (41 – Construção de Edifícios; 42 – Construção de Obras de Infraestrutura e 43 – Serviços Especializados para a Construção), percebe-se que o maior número de ocupados na construção atua no segmento de Construção de Edifícios, que faz parte da denominada construção leve e detém participação de 45% do total; a Construção de Obras de Infraestrutura, por sua vez, representa 31% do total de trabalhadores e, por fim, os Serviços Especializados para a Construção, que representam cerca de 23% dos trabalhadores do setor. Nessa classificação estão incluídos apenas os trabalhadores formais (Tabelas 1, 2 e 3 do anexo).

Recentemente, tem sido destacada a participação feminina no setor da Construção. Dados da Rais de 2011 (apenas os vínculos formais são considerados) indicam um contingente de 240.905 vínculos femininos, dos quais 45,4% estão na Construção de

Edifícios; 33,0% na Construção de Obras de Infraestrutura e 21,5% nos Serviços Especializados para a Construção.

TABELA 6
Estoque de empregos formais e remuneração média no setor da construção por unidade da federação – 2010 e 2011

Setor da construção - total							
Unidade da Federação	Empregos				Remuneração nominal R\$		
	2010	2011	Variação absoluta	Variação %	2010	2011	Variação %
Rondônia	43.021	42.574	-447	-1,0	1.949,51	2.062,86	5,81
Acre	8.981	7.250	-1.731	-19,3	1.154,20	1.258,19	9,01
Amazonas	26.503	36.592	10.089	38,1	1.309,75	1.350,28	3,09
Roraima	6.055	3.496	-2.559	-42,3	1.037,83	1.307,95	26,03
Pará	64.170	79.913	15.743	24,5	1.328,28	1.547,84	16,53
Amapá	4.679	6.497	1.818	38,9	1.695,51	1.258,40	25,78
Tocantins	13.957	13.371	-586	-4,2	1.253,61	1.315,69	4,95
Maranhão	63.368	61.350	-2.018	-3,2	1.225,70	1.308,20	6,73
Piauí	31.575	30.639	-936	-3,0	839,52	946,42	12,73
Ceará	79.319	90.173	10.854	13,7	931,05	1.107,99	19,00
Rio Grande do Norte	41.032	44.561	3.529	8,6	986,23	1.155,87	17,20
Paraíba	34.122	43.987	9.865	28,9	758,70	895,12	17,98
Pernambuco	127.171	150.770	23.599	18,6	1.360,23	1.487,97	9,39
Alagoas	28.253	37.426	9.173	32,5	926,68	1.051,63	13,48
Sergipe	28.741	30.094	1.353	4,7	1.025,58	1.128,15	10,00
Bahia	164.724	173.736	9.012	5,5	1.304,03	1.475,03	13,11
Minas Gerais	320.184	339.218	19.034	5,9	1.231,11	1.362,60	10,68
Espírito Santo	62.857	67.272	4.415	7,0	1.104,12	1.188,42	7,64
Rio de Janeiro	234.181	271.766	37.585	16,0	1.617,75	1.762,09	8,92
São Paulo	666.425	732.822	66.397	10,0	1.533,30	1.725,36	12,53
Paraná	142.419	154.560	12.141	8,5	1.242,82	1.377,83	10,86
Santa Catarina	94.527	105.238	10.711	11,3	1.064,10	1.130,70	6,26
Rio Grande do Sul	132.072	146.139	14.067	10,7	1.083,94	1.215,61	12,15
Mato Grosso do Sul	28.348	32.117	3.769	13,3	1.144,87	1.198,82	4,71
Mato Grosso	34.526	38.105	3.579	10,4	1.196,93	1.354,19	13,14
Goiás	81.200	87.978	6.778	8,3	1.245,76	1.332,90	6,99
Distrito Federal	71.264	81.487	10.223	14,3	2.042,25	1.992,53	2,43
Total	2.633.674	2.909.131	275.457	10,5	1.343,83	1.484,67	10,48

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego
Elaboração: DIEESE

No tocante à remuneração média dos trabalhadores da Construção; as informações mostram que as empresas que atuam no setor pagaram em média R\$ 1.484,67, em 2011, o que significa um aumento de 10,5% em relação a 2010. Observa-se também que Rondônia (R\$ 2.062,86); Distrito Federal (R\$ 1.992,53); Rio de Janeiro (R\$ 1.762,09) e, São Paulo (R\$ 1.725,36) apresentaram as maiores remunerações. No caso de Rondônia, esse valor pode ser

explicado pelo volume de grandes obras existentes no local, além da valorização do salário mínimo nos últimos anos, que tem impacto direto nos pisos salariais praticados em diversos estados. Por outro lado, Paraíba (R\$ 895,12) e Piauí (R\$ 946,42), apresentaram os menores valores.

Entre os subsetores que integram a construção, as remunerações mais altas foram observadas no segmento de Construção de Obras de Infraestrutura (R\$ 1.943,12); seguido pelos Serviços Especializados para a Construção (R\$ 1.358,50) e por fim, a Construção de Edifícios, com renda média de R\$ 1.227,97.

A remuneração média paga as mulheres no setor, alcançou, em 2011, o valor de R\$ 1.736,64. No segmento de Construção de Obras de Infraestrutura, o valor médio pago foi de R\$ 1.985,22; seguido pela Construção de Edifícios (R\$ 1.734,44) e Serviços Especializados para Construção (R\$ 1.351,95). Ressalta-se que o segmento de Construção de Obras de Infraestrutura apresenta o maior valor pago, o que pode ser explicado, em parte, por demandar mão-de-obra mais especializada (qualificada), além de ser, ainda, baixa a participação quantitativa das mulheres, o que acaba por influenciar o valor da remuneração média (Tabelas 4, 5, 6 e 7 do anexo).

Na análise por unidade da federação (Tabela 7 do anexo), verifica-se que no Distrito Federal e em São Paulo estão as maiores remunerações pagas às mulheres, R\$ 2.657,30 e R\$ 2.115,26, respectivamente.

No que diz respeito à evolução do emprego formal no setor da Construção, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged mostram desaceleração no nível de geração de emprego no setor a partir de 2011 e, de forma mais intensa, em 2012, reflexo da descaleração nas atividades da construção, como indicam os resultados das contas nacionais. Em 2011, o saldo de empregos no setor foi de 177.038 novos postos de trabalho e, em 2012, a criação de novas vagas ficou bem abaixo, com 84.519 novos empregos, o que significa decréscimo de 52,4% na geração de postos em relação ao ano anterior (Tabela 7).

TABELA 7
Saldo do emprego formal, por setor de atividade econômica
Brasil – 2009-2012

Setor de Atividade	2009	2010	2011	2012
Extrativa Mineral	2.036	16.343	17.836	9.682
Indústria de Transformação	10.865	485.028	174.674	33.222
Serviços de Utilidade Pública	4.984	17.854	7.670	8.317
Construção Civil	177.185	254.178	177.038	84.519
Comércio	297.157	519.613	368.570	270.393
Serviços	500.177	864.250	786.347	501.533
Administração. Pública	18.075	5.627	11.498	(1.238)
Agropecuária ⁽²⁾	(15.368)	(25.946)	50.488	(24.564)

Fonte: Caged. Ministério do Trabalho e Emprego
 Elaboração: DIEESE

Ao analisar a evolução, tanto da contratação quanto do desligamento por faixa etária, nota-se que os trabalhadores de até 24 anos estão mais vulneráveis à movimentação no setor da construção. Vale destacar que o ritmo de desligamentos nessa faixa vem aumentando nos últimos anos, enquanto as demais apresentam comportamento estável. Isso pode indicar que os jovens estão mais sujeitos ao fenômeno da rotatividade.

TABELA 8
Admitidos, desligados e saldo no setor da construção, por faixa etária
Brasil – 2011-2012

Faixa Etária	Setor da construção - Total					
	2011			2012		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Até 24 anos	734.171	621.678	112.493	750.293	663.125	87.168
25 a 29 anos	537.108	504.092	33.016	546.094	531.958	14.136
30 a 39 anos	781.781	751.784	29.997	805.927	800.515	5.412
40 a 49 anos	456.154	447.651	8.503	456.588	461.266	-4.678
50 a 64 anos	243.314	247.376	-4.062	242.533	256.172	-13.639
65 anos ou mais	7.851	10.760	-2.909	8.476	12.356	-3.880
TOTAL	2.760.379	2.583.341	177.038	2.809.911	2.725.392	84.519

Fonte: Caged. Ministério do Trabalho e Emprego
 Elaboração: DIEESE

Quando se analisa a movimentação na construção considerando a escolaridade, observa-se que o maior saldo de contratação está concentrado na faixa referente ao ensino médio completo (83.955, em 2012), como pode ser visto na Tabela 9. No entanto, esta mesma faixa também possui um alto índice de desligamento, observado tanto em 2011 quanto em 2012. Este fato leva ao questionamento da real necessidade do setor quanto à exigência desse nível de instrução formal. Ressalte-se, também, que essa realidade é verificada nos três segmentos tratados neste estudo, conforme se observa nas Tabelas 11 a 13 do anexo.

TABELA 9
Admitidos, desligados e saldo no setor da construção, por grau de instrução
Brasil -2011-2012

Setor da construção - Total						
Grau de Instrução	2011			2012		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Analfabeto	26.570	25.720	850	25.922	25.927	-5
Fundamental incompleto	1.015.656	997.801	17.855	964.501	986.265	-21.764
Fundamental completo	569.837	553.224	16.613	563.827	561.447	2.380
Médio incompleto	264.471	243.571	20.900	272.667	263.038	9.629
Médio completo	794.257	691.404	102.853	890.598	806.643	83.955
Superior incompleto	31.535	25.259	6.276	32.965	29.596	3.369
Superior completo	58.053	46.362	11.691	59.431	52.476	6.955
Total	2.760.379	2.583.341	177.038	2.809.911	2.725.392	84.519

Fonte: Caged. Ministério do Trabalho e Emprego
 Elaboração: DIEESE

No tocante às contratações e demissões por faixa de remuneração, nota-se que elas ocorrem, em maior número, entre aqueles que recebem os menores salários. Esse fato é observado para as informações referentes a 2011 e 2012, entre aqueles que ganham até 2 salários mínimos. Nesta faixa, o saldo das contratações foi superior ao total do ano, enquanto para remunerações acima deste patamar o saldo de contratações foi negativo, evidenciando que, a despeito da exigência de maior escolaridade, o rendimento no setor ainda permanece muito baixo.

TABELA 10
Admitidos, desligados e saldo no setor da construção, por faixa de salário mínimo
Brasil 2011 e 2012

Setor da construção - Total						
Faixa de Remuneração	2011			2012		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Até 0,5 salário mínimo	11.277	8.255	3.022	12.480	11.584	896
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	125.567	100.186	25.381	179.240	146.436	32.804
De 1,01 a 1,5 salário mínimo	1.106.812	949.733	157.079	1.163.166	1.039.246	123.920
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	935.927	869.985	65.942	921.620	907.151	14.469
De 2,01 a 3,0 salários mínimos	382.163	416.137	-33.974	350.089	390.159	-40.070
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	90.874	111.849	-20.975	84.822	108.286	-23.464
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	38.550	44.645	-6.095	38.307	45.333	-7.026
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	28.670	35.833	-7.163	24.848	33.196	-8.348
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	18.207	20.731	-2.524	16.838	20.166	-3.328
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	9.694	10.397	-703	8.244	10.201	-1.957
De 15,01 a 20 salários mínimos	3.051	3.342	-291	2.645	3.709	-1.064
Mais de 20,0 salários mínimos	3.048	3.234	-186	2.151	3.326	-1.175
Ignorados	6.539	9.014	-2.475	5.461	6.599	-1.138
TOTAL	2.760.379	2.583.341	177.038	2.809.911	2.725.392	84.519

Fonte: Caged. Ministério do Trabalho e Emprego
 Elaboração: DIEESE

As remunerações médias na admissão e nos desligamentos são superiores no segmento da Construção de Obras de Infraestrutura, o que indica uma atividade com maior grau de especialização. Na média geral do setor, nota-se, em 2012, que o salário médio de admissão foi de R\$ 1.099,75, enquanto no desligamento foi de R\$ 1.175,18, conforme dados da Tabela 11.

TABELA 11
Salário de admissão e desligamento no setor da construção
Brasil – 2010-2012

Setor/Segmento	Salário de Admissão/Desligamento - R\$					
	2010		2011		2012	
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados
Construção de Edifícios	822,03	857,11	921,11	955,89	1.012,78	1.068,94
Construção de Obras de Infraestrutura	1.004,98	1.121,00	1.116,82	1.225,98	1.244,14	1.379,40
Serviços Especializados para a Construção	887,80	939,36	993,44	1.036,18	1.071,17	1.111,14
TOTAL	897,27	969,27	997,67	1.056,52	1.099,75	1.175,18

Fonte: Caged. Ministério do Trabalho e Emprego
Elaboração: DIEESE

Medidas do Governo relacionadas ao Setor da Construção

A desoneração da folha de pagamentos é mais uma etapa do processo de redução dos encargos previdenciários incidentes sobre a folha. O Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011, inaugurou um pacote de medidas com o objetivo de estimular o investimento e inovação, promover o comércio exterior e a defesa da indústria e do mercado interno. A medida está beneficiando 56 setores, responsáveis por uma receita bruta anual de R\$ 1,9 trilhão no mercado interno, o que corresponde à metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012, que entre outras normas, altera a Lei nº 12.546/11, desonera a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista, com a troca da contribuição previdenciária patronal por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento, variando conforme o setor. Com vigência a partir de abril de 2013, estes dois setores são responsáveis por R\$ 540 bilhões de receita bruta anual.

No início de abril, o governo anunciou mais 14 setores beneficiados com a ampliação da desoneração para todo o setor da construção - inclusive para o segmento da construção pesada ou de obras de infraestrutura – e de transportes, e que prevê a inclusão do segmento de comunicação e outros, a partir de janeiro de 2014. Estes três setores são responsáveis por R\$ 455 bilhões de receita bruta anual. Os setores de transporte metroferroviário de passageiros e ferroviário, serão beneficiados, em janeiro de 2014, com redução de 78% para o primeiro e de 8,8% para o ferroviário no desembolso com a contribuição. Os setores da construção e de transportes representam 4,8% e 4,5% do PIB. A estimativa é de que a renúncia fiscal de todos os setores desonerados poderá chegar a R\$ 24,7 bilhões em 2014.

A Medida Provisória nº 584, de 10 de outubro de 2012, dispõe sobre as medidas tributárias referentes à realização no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Parolímpicos de 2016, que desonera, em 100% dos impostos federais, as incorporadoras que possuem contratos para estes eventos esportivos.

Entre as medidas de estímulo à economia anunciadas pelo governo em 2012, e que tem forte impacto sobre o setor da construção, destaca-se a redução do preço da energia elétrica, que resultará em uma diminuição média de 15% a 20% dos custos da indústria. Merece atenção, também, a redução das taxas de juros de 2% em termos reais, uma das menores taxas da história do país e que, apesar de ter sido elevada na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de abril, parece caminhar na direção da confluência com as taxas de juros internacionais.

O Programa de Investimentos em Logística anunciado pelo governo tem o objetivo de investir R\$ 133 bilhões em obras de duplicação, melhoria e construção por meio de concessões ao setor privado de 7,5 mil km de rodovias e 10 mil km de ferrovias. Desse total, R\$ 91 bilhões irão para a expansão da malha ferroviária e R\$ 42 bilhões para a rodoviária. No setor portuário, a criação de novos portos públicos poderá representar 30% do investimento previsto. Nos setores rodoviário e aeroportuário, destacam-se a participação privada em novas concessões, com 19% do investimento previsto no setor aeroportuário e 35% no rodoviário

Destaca-se, também, o processo de readequação estrutural do custo financeiro para os investimentos, como fator de impacto positivo para o setor da construção. Além da taxa Selic, o governo reduziu, no último trimestre de 2012, a taxa de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) para 2,5 % ao ano. O programa foi estendido até o fim de 2014, financiando a aquisição de bens de capital, a prazos e juros menores que os do mercado, disponibilizando para as empresas cerca de R\$ 100 bilhões para investimentos, com taxa média em torno de 3,5% ao ano. Isso terá impacto no setor da construção, especialmente, no segmento da construção pesada e de infraestrutura.

Acidentes de Trabalho na Construção

A categoria profissional da Construção é uma das mais afetadas por acidentes no ambiente de trabalho⁸. Com o grande crescimento da categoria, impulsionado pelos projetos governamentais em infraestrutura e futuros eventos esportivos no país, a necessidade de medidas que amenizem esse quadro tornou-se ainda mais fundamental.

⁸ De acordo com o Art. 2º da Lei nº 6.367, “Acidente do trabalho é aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho.” (AEPS, 2011).

Segundo dados da Previdência Social de 2009, de todos os acidentes de trabalho registrados no país, 7,6% afetaram trabalhadores da indústria da Construção. Em 2010 e 2011, houve leve aumento no percentual, com índices de 7,9% e 8,4%, respectivamente. Os acidentes mais recorrentes são os denominados típicos, ou seja, acidentes característicos da atividade profissional. Esses acidentes correspondem a mais da metade daqueles registrados no setor nos três anos da série analisada.

Em 2011, os acidentes típicos representaram aproximadamente 66,0% de todos os acidentes ocorridos na Construção, percentual um pouco superior àquele observado em 2010, quando o total chegou a 65,5%. Comparado com os acidentes típicos ocorridos em todo território nacional, novamente é em 2011 que se verifica a maior incidência desses acidentes, que correspondem aproximadamente a 10%.

Os acidentes sem CAT Registrada⁹ aparecem em segundo lugar não só no total, mas também no setor, que em 2009 registrou 25,6% dos casos. Em 2010, correspondeu a 22,5% e em 2011 o percentual foi de 22,2%. Apesar da queda ao longo do período analisado, os acidentes com esse tipo de registro representam parcela significativa dos acidentes do setor. Os números destes acidentes podem ser vistos na Tabela 12.

Os acidentes de trajeto, que ocorrem no percurso entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, aumentaram nos três anos da série 1,45 p.p. no setor.

TABELA 12
Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil em comparação aos acidentes da Construção, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2009-2011

	2009		2010		2011	
	Brasil	Construção	Brasil	Construção	Brasil	Construção
Típico	424.498	35.265	417.295	36.611	423.167	39.301
Trajeto	90.180	5.042	95.321	5.660	100.230	6.281
Doença do Trabalho Sem CAT Registrada	19.570	1.111	17.177	1.052	15.083	957
Total	733365	55.670	709.474	55.920	711.164	59.808

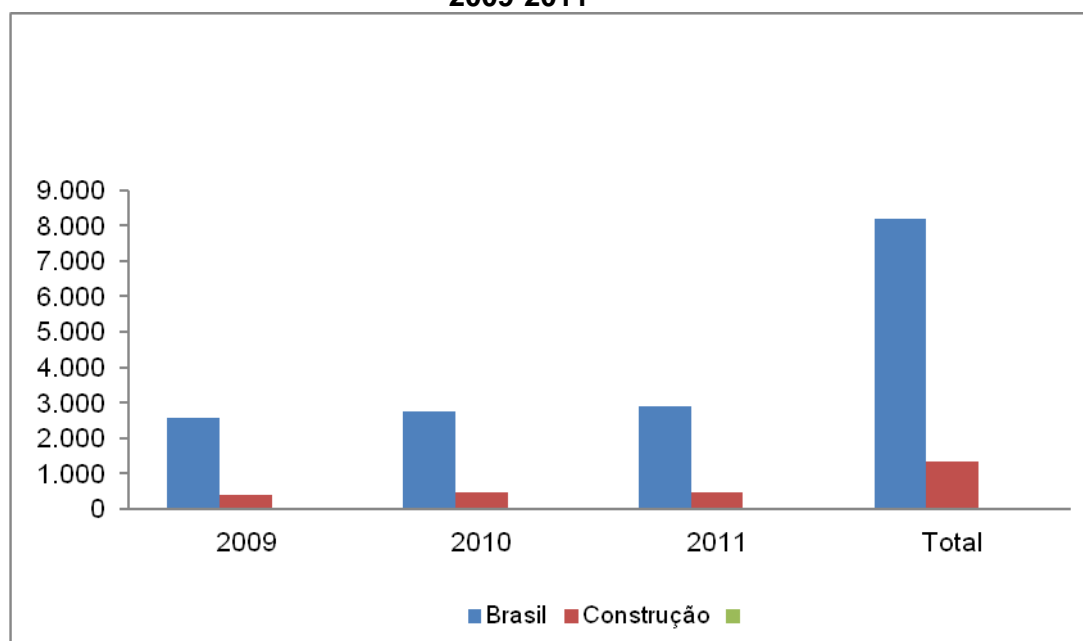
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2011
Elaboração: DIEESE

As doenças do trabalho decorrentes da atividade laboral são as que representam menor incidência nos indicadores de acidentes da Construção, apresentando pequeno recuo de 0,4 p.p de 2009 a 2011.

⁹ Acidente sem CAT Registrada corresponde ao número de acidentes cuja Comunicação de Acidentes Trabalho – CAT não foi cadastrada no INSS. O acidente é identificado por meio de um dos possíveis nexos: Nexo Técnico Profissional/Trabalho, Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP ou Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho.

O Gráfico 4 traz informações sobre trabalhadores que morreram por acidente no exercício das atividades profissionais e a incidência destes casos no setor da Construção. Assim como as mortes computadas pela Previdência Social apresentam elevação em todos os anos pesquisados, na Construção o índice também aumentou do primeiro ao último ano da série. Em 2009, das 2.560 mortes em decorrência do exercício do trabalho, 16% afetaram trabalhadores da Construção. Em 2011, a participação do setor passou a aproximadamente 17%.

GRÁFICO 4
Quantidade de óbitos no Brasil e na Indústria da Construção
2009-2011



Fonte: Feticom
Elaboração: DIEESE

Apesar de o total de acidentes de trabalho ter diminuído no âmbito nacional, em cerca de 1%, quando se observa o setor da Construção, detecta-se o inverso. De 2009 a 2011, os acidentes no setor aumentaram aproximadamente 1%.

Os indicadores acima refletem a vulnerabilidade dos trabalhadores do setor em relação aos acidentes atrelados à atividade profissional e contribuem consideravelmente para o elevado índice de acidentes do país. O investimento por parte das empresas em equipamentos de proteção individual (EPIs) e o treinamento para que sejam utilizados é de fundamental importância para a redução dessa estatística.

Reajustes e pisos na Construção

A seguir o estudo abordará o resultado das negociações dos reajustes e pisos salariais dos trabalhadores no setor da Construção e Mobiliário. A Tabela 13 apresenta a distribuição das unidades de negociação analisadas, segundo o segmento abrangido.

TABELA 13
Distribuição das unidades de negociação da construção e mobiliário,
por atividade econômica
Brasil, 2012

Ramo	Nº	%
Construção Civil	29	37,7
Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de terraplanagem	16	20,8
Marcenaria (serrarias, carpintarias, tanoarias e outras)	10	13
Construção e Mobiliário	9	11,7
Mármore e Granito	5	6,5
Cimento, Cal e Gesso	4	5,2
Cerâmica para Construção	2	3,3
Serviços Especializados para a Construção ¹	1	1,3
Total	76	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Os serviços especializados para a construção compreendem instalações elétricas, de ventilação e refrigeração, hidráulicas, contra incêndio, sanitárias e de gás

O resultado das negociações dos reajustes salariais de 2012 no ramo da Construção e Mobiliário foi o melhor dos últimos cinco anos da série analisada. No ano passado, todas as 76 unidades de negociação consideradas apresentaram reajustes acima do INPC-IBGE, com elevada concentração de reajustes com aumentos reais entre 2% e 3% acima do índice de inflação (nos anos anteriores, os aumentos reais haviam se concentrado nas faixas de ganho de até 2% acima do índice). Ademais, cerca de 12% das negociações conquistaram ganhos reais superiores a 5%, a melhor marca em todo o período (Tabela 14).

TABELA 14
Distribuição dos reajustes salariais na Construção e Mobiliário,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 – 2012

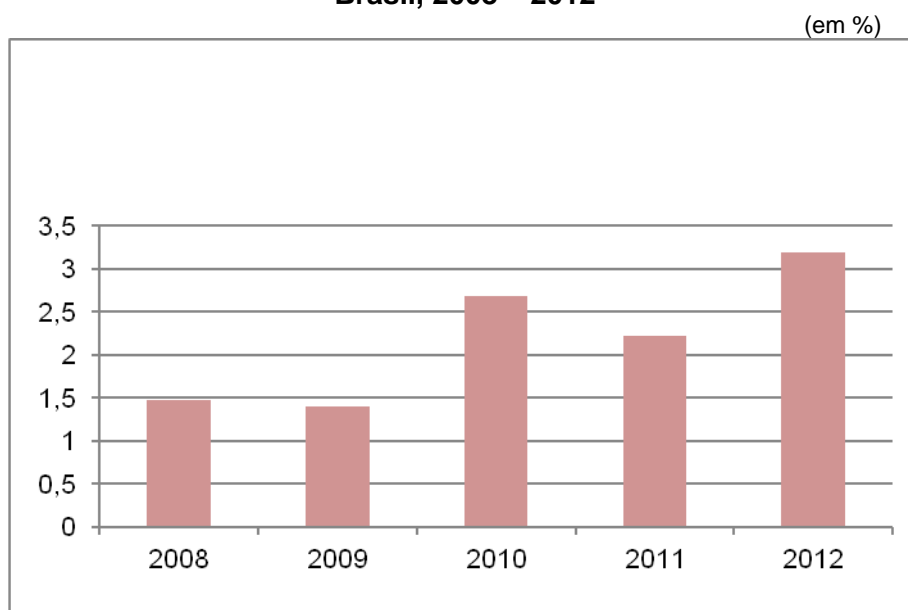
Variação	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	97,4	93,4	97,4	98,7	100
Mais de 5% acima	-	-	9,2	2,6	11,8
De 4,01% a 5% acima	2,6	1,3	13,2	5,3	11,8
De 3,01% a 4% acima	6,6	6,6	9,2	19,7	13,2
De 2,01% a 3% acima	18,4	25	23,7	22,4	42,1
De 1,01% a 2% acima	40,8	19,7	30,3	39,5	18,4
De 0,01% a 1% acima	28,9	40,8	11,8	9,2	2,6
Igual ao INPC-IBGE	0	2,6	2,6	0	0
De 0,01% a 1% abaixo	2,6	3,9	0	1,3	0
De 1,01% a 2% abaixo	0	0	0	0	0
De 2,01% a 3% abaixo	0	0	0	0	0
De 3,01% a 4% abaixo	0	0	0	0	0
De 4,01% a 5% abaixo	0	0	0	0	0
Mais de 5% abaixo	0	0	0	0	0
Abaixo do INPC-IBGE	2,6	3,9	0	1,3	0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 76 unidades de negociação ao ano

O resultado positivo das negociações dos reajustes salariais em 2012 é também observado na elevação do percentual médio dos ganhos reais. Em 2012, o aumento real médio na Construção e Mobiliário foi de 3,17% acima do INPC-IBGE – o maior no período analisado (conforme Gráfico 5) e frente aos demais segmentos da economia analisados no Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais de 2012¹⁰. Esse resultado foi obtido, em um ano em que a economia praticamente não cresceu e o próprio setor foi afetado pela desaceleração mais geral do nível de atividade.

GRÁFICO 5
Aumento real médio¹ na Construção e Mobiliário
Brasil, 2008 – 2012



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota 1: Considera apenas a variação real, descontando o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-bases de cada unidade de negociação

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 76 unidades de negociação ao ano

Em relação aos pisos salariais¹¹ negociados em 2012 pelas unidades de negociação da Construção e Mobiliário, a tendência foi semelhante à verificada para os reajustes salariais. Em aproximadamente 58% dos casos, o reajuste do piso salarial variou entre 2% e 6% de aumento real. Mais de 17% se concentrou na faixa de 5% a 6%. Vale destacar que mais de 10% dos pisos analisados obtiveram reajustes acima de 10% do INPC-IBGE (Tabela 15). Em boa parte, os ganhos reais obtidos pelos pisos da categoria nos últimos anos estão relacionados aos aumentos do salário mínimo nacional, que vem obtendo ganhos reais expressivos há alguns anos.

10 DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2012**. São Paulo, SP: DIEESE, mar. 2013. 27pp. (Estudos e Pesquisas, 64). Disponível em:

www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012/estPesq64BalNegoc2012.pdf

11 Para esse estudo foi analisado somente o menor piso salarial para a atividade-fim de cada unidade de negociação.

TABELA 15
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais na Construção e Mobiliário,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2012

Varição	2012
Acima do INPC-IBGE	100
Mais de 10% acima	10,5
De 9,01% a 10% acima	3,9
De 8,01% a 9% acima	9,2
De 7,01% a 8% acima	1,3
De 6,01% a 7% acima	9,2
De 5,01% a 6% acima	17,1
De 4,01% a 5% acima	14,5
De 3,01% a 4% acima	13,2
De 2,01% a 3% acima	13,2
De 1,01% a 2% acima	7,9
De 0,01% a 1% acima	0
Igual ao INPC-IBGE	0
Abaixo do INPC-IBGE	0
Total	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 76 unidades de negociação ao ano

Com relação aos pisos salariais negociados em 2012, 75% das unidades de negociação analisadas registravam pisos de até R\$ 800,00, com maior incidência entre aquelas cujos pisos salariais situavam-se entre R\$ 700,01 e R\$ 750,00. Há que se destacar, porém, que quase 11% das unidades de negociação apresentaram pisos com valor entre R\$ 950,00 e R\$ 1.000,00.

TABELA 16
Distribuição dos pisos salariais na Construção e Mobiliário, por faixas de valor
Brasil, 2012

Valor do piso salarial	nº	%	% acum.
Até R\$ 650,00	13	17,1	17,1
De R\$ 650,01 até R\$ 700,00	12	15,8	32,9
De R\$ 700,01 até R\$ 750,00	21	27,6	60,5
De R\$ 750,01 até R\$ 800,00	11	14,5	75
De R\$ 800,01 até R\$ 850,00	4	5,3	80,3
De R\$ 850,01 até R\$ 900,00	4	5,3	85,5
De R\$ 900,01 até R\$ 950,00	0	0	85,5
De R\$ 950,01 até R\$ 1.000,00	8	10,5	96,1
De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.100,00	3	3,9	100
TOTAL	76	100	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

A análise dos pisos salariais segundo o recorte regional e estadual revela que a região Sudeste é onde se pratica o maior piso salarial no Brasil, com valor correspondente a R\$

1.069,20, apurado em São Paulo Também o maior valor médio para o piso salarial - de R\$ 986,30 - foi observado nas negociações de São Paulo¹² (Tabela 17).

TABELA 17
Maior e menor piso salarial e piso salarial médio na Construção e Mobiliário, por região geográfica e Unidade da Federação Brasil, 2012

Região / UF	Menor	Maior (¹)	Maior / Menor	Valor médio	Nº de pisos analisados
NORTE	R\$ 644,00	R\$ 805,20	1,25	R\$ 709,86	8
Amazonas	R\$ 644,00	R\$ 785,40	1,22	R\$ 699,75	3
Pará	R\$ 644,46	R\$ 710,00	1,1	R\$ 693,62	4
Rondônia	R\$ 805,20	R\$ 805,20	1	R\$ 805,20	1
NORDESTE	R\$ 622,00	R\$ 756,80	1,22	R\$ 677,25	14
Bahia	R\$ 622,00	R\$ 701,80	1,13	R\$ 652,13	5
Ceará	R\$ 639,00	R\$ 699,60	1,09	R\$ 669,30	2
Paraíba	R\$ 680,00	R\$ 680,00	1	R\$ 680,00	1
Pernambuco	R\$ 752,40	R\$ 756,80	1,01	R\$ 754,60	2
Rio Grande do Norte	R\$ 630,00	R\$ 756,00	1,2	R\$ 690,33	3
Sergipe	R\$ 622,00	R\$ 622,00	1	R\$ 622,00	1
CENTRO-OESTE	R\$ 622,00	R\$ 743,60	1,2	R\$ 692,91	9
Distrito Federal	R\$ 706,80	R\$ 728,20	1,03	R\$ 715,76	3
Goiás	R\$ 635,80	R\$ 715,00	1,12	R\$ 663,10	3
Mato Grosso	R\$ 734,00	R\$ 743,60	1,01	R\$ 738,80	2
Mato Grosso do Sul	R\$ 622,00	R\$ 622,00	1	R\$ 622,00	1
SUDESTE	R\$ 622,00	R\$ 1.069,20	1,72	R\$ 839,63	27
Espírito Santo	R\$ 677,43	R\$ 677,43	1	R\$ 677,43	1
Minas Gerais	R\$ 622,00	R\$ 754,60	1,21	R\$ 708,18	10
Rio de Janeiro	R\$ 730,00	R\$ 952,60	1,3	R\$ 812,31	5
São Paulo	R\$ 846,49	R\$ 1.069,20	1,26	R\$ 986,30	11
SUL	R\$ 649,00	R\$ 888,80	1,37	R\$ 766,11	18
Paraná	R\$ 745,00	R\$ 888,80	1,19	R\$ 824,89	7
Rio Grande do Sul	R\$ 649,00	R\$ 820,00	1,26	R\$ 719,31	7
Santa Catarina	R\$ 709,00	R\$ 786,50	1,11	R\$ 745,13	4
TOTAL	R\$ 622,00	R\$ 1.069,20	1,72	R\$ 761,27	76

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Greves no setor da Construção

As greves no setor da construção têm crescido nos últimos três anos. Em 2010, as greves da construção correspondiam a 3,1% do total das paralisações registradas no SAG-DIEESE. Em 2011, esta proporção aumentou consideravelmente e alcançou 9,4%. Em relação ao número de greves, houve crescimento de 270%, de 14 para 52 ocorrências (Tabela 18).

¹² Há que se considerar que este levantamento não é estatístico. Refere-se somente aos resultados das negociações dos reajustes e pisos salariais de 76 unidades de negociação da Construção e Mobiliário. Por esta razão, é possível existirem acordos e convenções coletivas de trabalho do setor com valores superiores ao observado neste levantamento.

As informações do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), indicam importantes modificações nas características dos protestos dos trabalhadores da construção, que ocorrem paralelamente à expansão do setor no país.

TABELA 18
Número de greves da construção
Brasil, 2010 e 2011

Greves	2010		2011	
	n°	%	n°	%
Total de greves da construção	14	3,1	52	9,4
Total geral de greves	446	100	554	100

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

As mobilizações nas grandes obras em 2011, em grande parte, foram motivadas por reivindicações de melhorias das condições e relações de trabalho nos canteiros do país.

Em março de 2011, a manifestação de cerca de 100 mil trabalhadores, iniciada em cinco canteiros de obras de grande porte - Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO); Refinaria Abreu e Lima, em Suape (PE); Termoelétrica de Pecém (CE); e obras de Montagem Industrial em São Roque do Paraguaçu (BA) - e mais tarde, propagadas para outras grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – com reivindicações de melhoria nas precárias condições dos alojamentos e da extinção dos intermediários ou “gatos” que atuavam ilegalmente nas contratações de mão de obra para os canteiros - resultou na assinatura em 2012, do Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, um acordo nacional tripartite, que define as diretrizes para o aperfeiçoamento das relações e condições de trabalho no setor da construção.

Ao se analisar o total de horas paradas verifica-se que, de 2010 a 2011, a participação das greves da construção aumentou 3,3 p.p e registrou percentual de 5,6% (Tabela 19). Quando se considera o número de horas paradas, houve um crescimento de 240% de 2010 para 2011, com o total passando de 1.044 para 3.537 horas.

TABELA 19
Horas paradas nas greves da construção
Brasil, 2010 e 2011

Greves	2010		2011	
	n°	%	n°	%
Total de horas paradas na construção	1.044	2,3	3.537	5,6
Total geral de horas paradas	44.910	100	63.332	100

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

Obs.: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de 8 horas para cada dia de paralisação

Em 2011, mais de ¼ (um quarto) do total contabilizado de trabalhadores parados (26,6%), é composto por grevistas da construção – são mais de 546 mil trabalhadores envolvidos em protestos (Tabela 20). Em média, as greves da construção contaram com a

participação de mais de 11 mil operários, quantidade bem superior à média geral anual, além de compor cerca de 20% do produto *trabalhadores x horas paradas*.

TABELA 20
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas – Brasil, 2011

Esfera/Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas ⁽¹⁾	
	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%
Construção	48	16,2	546.256	0,27	11.380	70.478.504	20,62
TOTAL	297	100	2.050.021	100	6.902	341.761.660	100

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

Nota: (1) Soma das horas paradas por cada trabalhador em cada greve

Obs.: Foram consideradas as greves das quais se obteve informações sobre o número de trabalhadores parados

Em relação à duração das greves da Construção, em 2011, 71,2% das paralisações estenderam-se por até 10 dias. Apenas duas greves tiveram duração superior a 30 dias e nenhuma delas chegou a ultrapassar os 60 dias de duração.

TABELA 21
Distribuição das greves da construção segundo a duração dos movimentos Brasil, 2011

Dias afetados (1)	Construção			Total		
	Nº	%	% acum.	Nº	%	% acum.
1	12	23,1	23,1	154	27,8	27,8
2 a 5	13	25,0	48,1	153	27,6	55,4
6 a 10	12	23,1	71,2	78	14,1	69,5
11 a 15	9	17,3	88,5	34	6,1	75,6
16 a 30	4	7,7	96,2	56	10,1	85,7
31 a 60	2	3,8	100	47	8,5	94,2
61 a 90	0	0	-	24	4,3	98,6
mais de 90	0	0	-	8	1,4	100
TOTAL	52	100	-	554	100	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

Nota: (1) Dias corridos

Na pauta dos trabalhadores da construção, alimentação (69,2%) e reajuste salarial (53,8%) foram, em 2011, as duas principais reivindicações. Em seguida vêm as reivindicações ligadas às condições do local de trabalho, que englobam: instalação e manutenção de sanitários, bebedouros e armários; locais para alimentação, repouso e troca de roupas, fornecimento da água potável e produtos de higiene e assistência médica – ambas com 36,5% de participação.

TABELA 22
Principais reivindicações das greves
Brasil, 2011

Reivindicação	n°	%
Alimentação	36	69,2
Reajuste salarial	28	53,8
Assistência médica	19	36,5
Local de trabalho	19	36,5
Horas extras	15	28,8
Folga	12	23,1

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em 2011, 84,6% das greves realizadas pelos trabalhadores da construção continham reivindicações de caráter propositivo. Apesar do predomínio de propostas em busca de novas conquistas, 50% dos casos possuíam reivindicações de caráter defensivo – com destaque para o número de protestos contra o descumprimento de direitos que representou 36,5% do total.

TABELA 24
Caráter das reivindicações¹³ das greves da construção
Brasil, 2011

Caráter	2011	
	n°	%
propositivas	44	84,6
defensivas	26	50,0
manutenção de condições vigentes	16	30,8
descumprimento de direitos	19	36,5
protesto	0	0
solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves –SAG-DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Um outro estudo, realizado pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Fenatracop), apontou que em 2012, foram registradas greves em 19 estados brasileiros, reunindo cerca de 501 trabalhadores, sendo 60% das greves ocorridas no primeiro semestre. A região Nordeste registrou o maior número de trabalhadores em greve, com 198 mil, seguida da região Sudeste com 126 mil trabalhadores. Segundo dados do estudo, 48 % das greves ocorreram nas obras da construção pesada, 36% nas de montagem industrial e 15% nas da construção civil ou de edificações. O maior número de trabalhadores em greve, registrados em 2012, foi de 83 mil, no estado de Pernambuco, em obras de estádios,

¹³ Para a análise do caráter das greves, as exigências dos trabalhadores são classificadas no SAG- DIEESE de acordo com seus objetivos. Mobilizações que propõem a introdução de novas conquistas ou a ampliação das já asseguradas são consideradas greves propositivas. As que se colocam pela manutenção ou renovação de condições de trabalho vigentes ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação, são denominadas greves defensivas. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto. Os movimentos que se propõem a apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores da empresa, são considerados greves de solidariedade.

refinarias e habitacionais. Entre as principais reivindicações estão as desigualdades salariais entre obras e regiões, precariedade nas condições de trabalho e descumprimentos de acordos e convenções coletivas. Comparando-se os anos de 2011 e 2012, houve uma redução de 13% das greves em 2012, com 79 mil trabalhadores a menos. Este resultado pode ser atribuído a conquistas salariais e de benefícios em 2012, com destaque para a conquista das “baixadas” ou folgas familiares, aos ganhos de auxílio alimentação e os acordos rumo a isonomia salarial entre obras e regiões.

Compromisso Nacional da Indústria da Construção

O Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção¹⁴ é um avanço para as relações de trabalho do setor, na busca de um acordo nacional que garanta melhores condições e relações de trabalho decentes para toda a cadeia produtiva da construção.

Esse Compromisso surgiu em resposta a uma greve histórica dos trabalhadores da construção no início de março de 2011, com um movimento iniciado em cinco grandes obras de infraestrutura: Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO); Refinaria Abreu e Lima em Suape (PE); Termelétrica de Pecém (CE) e nas obras de Montagem Industrial de São Roque do Paraguaçu (BA), com a adesão de mais de 100 mil trabalhadores. As manifestações foram motivadas, inicialmente, pelas condições precárias dos alojamentos e refeitórios dos canteiros, a garantia de saúde e segurança nas obras e a eliminação dos “gatos” ou intermediários que praticam a intermediação espúria da mão de obra dentro dos canteiros das grandes obras do país. Diante desses conflitos, o governo convocou todas as Centrais Sindicais e os representantes das empresas para que, juntos, pudessem debater a regulação das relações e condições de trabalho predominantes nos canteiros de obras do país.

Em março de 2011, foi instituída a Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite - sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Criou-se, então, um grupo de trabalho para elaborar a proposta de um Compromisso Nacional, que estabelecesse diretrizes para o aperfeiçoamento das condições de trabalho no setor. Este instrumento teria como referência a legislação trabalhista brasileira, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo governo brasileiro, as normas de saúde e segurança e os acordos ou convenções coletivas específicos.

A Mesa Nacional Permanente foi criada em 1º de março de 2012, com o objetivo de divulgar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições e Relações de Trabalho na Indústria da Construção, de acompanhar e avaliar o seu cumprimento e os resultados

¹⁴ A Nota Técnica 124, divulgada pelo DIEESE – Mesa Nacional da Construção – O diálogo social tripartite: rumo a condições de trabalho decente no setor analisa o Compromisso.

alcançados, bem como debater e propor a revisão dos termos do compromisso. Tornou-se, também, uma oportunidade para aumentar o nível de qualificação, introduzir novas tecnologias e mudar as relações de trabalho, de forma a poder transformar as relações de trabalho no setor, com trabalhadores valorizadas e com remuneração compatível à importância do setor da construção, para o crescimento do país.

O Compromisso Nacional pode ser considerado um avanço para as relações de trabalho do setor da construção, no tocante à experiência da criação de um espaço de negociação nacional tripartite para chegar a um acordo nacional que estabeleça regras e padrões nacionais para as condições e relações de trabalho nas obras do setor. Os maiores desafios estão na adesão das empresas ao Compromisso, bem como a sua implementação dentro dos canteiros de obra, fazendo-se necessária uma ação conjunta entre o movimento sindical e o estado, para dar efetividade ao acordo nacional.

Considerações Finais

Entre 2004 e 2011, o setor da construção registrou taxa média anual de crescimento de aproximadamente 5,0%. No entanto, a partir de 2012, observa-se uma desaceleração das atividades, em função, entre outras razões, da redução da atividade econômica no país. Hoje o setor está aproveitando os bons resultados acumulados nos últimos anos, que têm funcionado como amortecedores diante dos impactos que se apresentam em função da retração da economia nacional.

A união de diversos fatores, como o aumento do nível de emprego e renda, crédito, recursos externos e demanda reprimida, fez o setor em menos de 10 anos aumentar sua participação no PIB de 4,7% para os atuais 5,7%. No que se refere ao mercado de trabalho, este também sentiu o impacto da desaceleração do setor em 2012, e registrou a criação de 54.519 mil empregos, resultado bem inferior ao de 2011, quando foram criadas mais de 177 mil novas vagas. Apesar da redução na geração de postos no último ano, o estoque de trabalhadores é crescente a cada ano. Segundo dados da Rais, entre 2008 e 2011 o número de vínculos avançou 52%.

Quanto às condições de trabalho, sabe-se que são muitos os desafios a serem vencidos na busca de melhorias para os trabalhadores deste setor, marcado por grande e intensa informalidade, altos índices de acidentes de trabalho, alta rotatividade e baixa remuneração, ainda que não se possa desconsiderar que melhorias já são verificadas, como o aumento da formalização do emprego e a obtenção de ganhos reais de salários nos últimos anos.

Apesar dos imensos desafios em busca de condições dignas de trabalho no setor, já existem avanços conquistados rumo a transformação pretendida. A criação do Compromisso Nacional da Indústria da Construção, um acordo nacional tripartite, foi criado com o objetivo de avançar em direção à busca da garantia de relações e condições de trabalho decentes. Neste

sentido, cabe agora às partes envolvidas, em especial ao movimento sindical, no cenário pós a assinatura, lutar pela difusão e implementação do compromisso nacional na “ponta”, isto é, na maioria das obras do país que ainda não aderiram ao compromisso nacional, de forma a beneficiar um número mais expressivo de trabalhadores.

Ressalta-se que, embora haja uma redução no ritmo de crescimento, o setor da construção tem condições de continuar a expansão iniciada em 2004, em função, tanto dos programas e medidas governamentais direcionados ao setor, como também, através da mobilização e da luta dos trabalhadores(as) do setor e dos avanços nas negociações coletivas, através da conquistas de maiores direitos nas convenções e acordos coletivos, rumo ao crescimento do setor da construção nos próximos anos, com a garantia de relações e condições de trabalho decentes.

ANEXOS

TABELA 1

Estoque de empregos formais e remuneração média no setor da construção – Cnae 41 – Construção de Edifícios – Brasil e unidade da federação – 2010 e 2011

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS							
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS				REMUNERAÇÃO NOMINAL (dez) R\$		
	2010	2011	Variação absoluta	Variação %	2010	2011	Variação %
11 - Rondônia	8.093	7.778	- 315	-3,9	942,79	1.054,27	11,8
12 - Acre	5.633	4.243	- 1.390	-24,7	813,04	924,3	13,7
13 - Amazonas	14.127	19.863	5.736	40,6	1.180,54	1.234,40	4,6
14 - Roraima	4.382	2.117	- 2.265	-51,7	808,97	1.111,10	37,3
15 - Pará	31.366	34.886	3.520	11,2	864,07	997,18	15,4
16 - Amapá	3.062	4.421	1.359	44,4	923,19	911,14	-1,3
17 - Tocantins	6.145	6.120	- 25	-0,4	818,12	862,61	5,4
21 - Maranhão	31.212	33.638	2.426	7,8	783,13	910,47	16,3
22 - Piauí	22.917	22.634	- 283	-1,2	696,18	788,71	13,3
23 - Ceará	45.523	54.113	8.590	18,9	837,69	961,17	14,7
24 - Rio Grande do Norte	29.137	29.763	626	2,1	870,10	1.041,92	19,7
25 - Paraíba	24.677	32.767	8.090	32,8	679,61	837,69	23,3
26 - Pernambuco	52.007	58.942	6.935	13,3	1.168,77	1.126,90	-3,6
27 - Alagoas	20.382	25.335	4.953	24,3	799,21	863,4	8,0
28 - Sergipe	19.831	21.443	1.612	8,1	888,48	1.034,62	16,4
29 - Bahia	86.922	84.472	- 2.450	-2,8	1.056,40	1.246,86	18,0
31 - Minas Gerais	134.322	144.547	10.225	7,6	996,85	1.111,11	11,5
32 - Espírito Santo	29.009	31.435	2.426	8,4	912,12	1.025,79	12,5
33 - Rio de Janeiro	72.614	77.380	4.766	6,6	1.450,41	1.565,64	7,9
35 - São Paulo	261.867	284.735	22.868	8,7	1.375,76	1.558,41	13,3
41 - Paraná	67.173	73.078	5.905	8,8	1.030,29	1.180,42	14,6
42 - Santa Catarina	53.310	61.437	8.127	15,2	952,64	1.047,58	10,0
43 - Rio Grande do Sul	65.650	68.357	2.707	4,1	948,99	1.075,58	13,3
50 - Mato Grosso do Sul	10.944	14.539	3.595	32,8	1.034,48	1.128,19	9,1
51 - Mato Grosso	17.227	17.794	567	3,3	991,97	1.077,01	8,6
52 - Goiás	41.277	46.845	5.568	13,5	1.104,18	1.247,52	13,0
53 - Distrito Federal	38.340	46.561	8.221	21,4	1.526,98	1.588,85	4,1
Total	1.197.149	1.309.243	112.094	9,4	1.098,72	1.227,97	11,8

Fonte: RAIS/MTE
Elaboração: DIEESE

TABELA 2

Estoque de empregos formais e remuneração média no setor da construção Cnae 42 – Construção de Obras de Infraestrutura – Brasil e unidade da federação 2010 e 2011

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA							
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS				REMUNERAÇÃO NOMINAL R\$		
	2010	2011	Variação absoluta	Variação %	2010	2011	Variação %
11 - Rondônia	32.532	32.020	- 512	-1,6	2.269,56	2.391,07	5,4
12 - Acre	2.022	2.110	88	4,4	2.328,10	2.093,89	-10,1
13 - Amazonas	6.995	9.742	2.747	39,3	1.769,89	1.723,46	-2,6
14 - Roraima	879	584	- 295	-33,6	2.207,55	2.268,46	2,8
15 - Pará	20.025	26.737	6.712	33,5	2.104,69	2.313,03	9,9
16 - Amapá	1.298	1.598	300	23,1	3.739,31	2.328,55	-37,7
17 - Tocantins	6.677	5.787	- 890	-13,3	1.705,15	1.873,72	9,9
21 - Maranhão	24.227	17.912	- 6.315	-26,1	1.833,09	2.016,05	10,0
22 - Piauí	6.705	6.362	- 343	-5,1	1.346,09	1.560,61	15,9
23 - Ceará	21.749	23.629	1.880	8,6	1.117,72	1.484,05	32,8
24 - Rio Grande do Norte	7.972	9.293	1.321	16,6	1.413,59	1.572,72	11,3
25 - Paraíba	4.499	4.848	349	7,8	1.136,54	1.239,00	9,0
26 - Pernambuco	54.494	66.743	12.249	22,5	1.641,12	1.904,69	16,1
27 - Alagoas	5.649	8.623	2.974	52,6	1.456,83	1.712,34	17,5
28 - Sergipe	4.742	4.121	- 621	-13,1	1.344,03	1.405,16	4,5
29 - Bahia	44.741	54.276	9.535	21,3	1.837,75	1.948,09	6,0
31 - Minas Gerais	122.169	124.772	2.603	2,1	1.529,21	1.704,59	11,5
32 - Espírito Santo	20.562	21.797	1.235	6,0	1.364,92	1.435,74	5,2
33 - Rio de Janeiro	98.148	125.915	27.767	28,3	1.990,22	2.133,72	7,2
35 - São Paulo	192.775	203.452	10.677	5,5	1.978,33	2.076,92	5,0
41 - Paraná	43.728	42.844	- 884	-2,0	1.707,82	1.917,51	12,3
42 - Santa Catarina	18.436	17.757	- 679	-3,7	1.410,12	1.457,19	3,3
43 - Rio Grande do Sul	37.452	42.302	4.850	12,9	1.388,70	1.549,73	11,6
50 - Mato Grosso do Sul	12.210	10.965	- 1.245	-10,2	1.332,51	1.411,71	5,9
51 - Mato Grosso	11.489	12.705	1.216	10,6	1.573,31	1.822,61	15,8
52 - Goiás	26.206	23.501	- 2.705	-10,3	1.556,18	1.620,93	4,2
53 - Distrito Federal	19.604	19.775	171	0,9	3.757,85	3.632,88	-3,3
Total	847.985	920.170	72.185	8,5	1.798,04	1.943,12	8,1

Fonte: RAIS/MTE
Elaboração: DIEESE

TABELA 3
Estoque de empregos formais e remuneração média no setor da construção - Cnae 43
- Serviços Especializados para a Construção - Brasil e unidade da federação -
2010 e 2011

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO							
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS				REMUNERAÇÃO NOMINAL R\$		
	2010	2011	Varição absoluta	Varição %	2010	2011	Varição %
11 - Rondônia	2.396	2.776	380	15,9	1.004,45	1.103,05	9,8
12 - Acre	1.326	897	-429	-32,4	813,41	871,73	7,2
13 - Amazonas	5.381	6.987	1.606	29,8	1.050,82	1.159,38	10,3
14 - Roraima	794	795	1	0,1	1.005,98	1.126,57	12,0
15 - Pará	12.779	18.290	5.511	43,1	1.251,03	1.479,56	18,3
16 - Amapá	319	478	159	49,8	792,56	892,57	12,6
17 - Tocantins	1.135	1.464	329	29,0	955,01	1.003,88	5,1
21 - Maranhão	7.929	9.800	1.871	23,6	1.111,96	1.379,62	24,1
22 - Piauí	1.953	1.643	-310	-15,9	782,33	740,9	-5,3
23 - Ceará	12.047	12.431	384	3,2	946,88	1.032,26	9,0
24 - Rio Grande do Norte	3.923	5.505	1.582	40,3	980,24	1.068,29	9,0
25 - Paraíba	4.946	6.372	1.426	28,8	809,65	928,81	14,7
26 - Pernambuco	20.670	25.085	4.415	21,4	1.101,40	1.227,61	11,5
27 - Alagoas	2.222	3.468	1.246	56,1	748,12	783,94	4,8
28 - Sergipe	4.168	4.530	362	8,7	1.315,58	1.318,90	0,3
29 - Bahia	33.061	34.988	1.927	5,8	1.232,78	1.292,08	4,8
31 - Minas Gerais	63.693	69.899	6.206	9,7	1.153,35	1.272,22	10,3
32 - Espírito Santo	13.286	14.040	754	5,7	1.119,69	1.168,58	4,4
33 - Rio de Janeiro	63.419	68.471	5.052	8,0	1.232,91	1.300,67	5,5
35 - São Paulo	211.783	244.635	32.852	15,5	1.323,01	1.627,30	23,0
41 - Paraná	31.518	38.638	7.120	22,6	1.050,62	1.152,79	9,7
42 - Santa Catarina	22.781	26.044	3.263	14,3	1.044,91	1.104,18	5,7
43 - Rio Grande do Sul	28.970	35.480	6.510	22,5	995,78	1.087,04	9,2
50 - Mato Grosso do Sul	5.194	6.613	1.419	27,3	936,35	1.001,12	6,9
51 - Mato Grosso	5.810	7.606	1.796	30,9	1.060,37	1.220,22	15,1
52 - Goiás	13.717	17.632	3.915	28,5	1.078,77	1.175,82	9,0
53 - Distrito Federal	13.320	15.151	1.831	13,7	1.000,43	1.092,13	9,2
Total	588.540	679.718	91.178	15,5	1.187,96	1.358,50	14,4

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 4
Estoque de empregos formais e remuneração média segundo o sexo no setor
da construção Cnae 41 - Construção de Edifícios- Brasil e unidade da federação -
2011

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS			REMUNERAÇÃO (DEZ)- R\$		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
11 - Rondônia	6.630	1.148	7.778	1.075,16	933,64	1.054,27
12 - Acre	3.692	551	4.243	920,31	951,1	924,3
13 - Amazonas	17.895	1.968	19.863	1.180,51	1.724,37	1.234,40
14 - Roraima	1.887	230	2.117	1.144,15	839,95	1.111,10
15 - Pará	32.611	2.275	34.886	980,55	1.235,59	997,18
16 - Amapá	4.021	400	4.421	930,8	713,49	911,14
17 - Tocantins	5.766	354	6.120	854,08	1.001,65	862,61
21 - Maranhão	31.017	2.621	33.638	901,97	1.011,11	910,47
22 - Piauí	21.761	873	22.634	781,77	961,7	788,71
23 - Ceará	50.916	3.197	54.113	931,24	1.437,89	961,17
24 - Rio Grande do Norte	27.696	2.067	29.763	1.017,61	1.367,62	1.041,92
25 - Paraíba	30.586	2.181	32.767	818,27	1.110,06	837,69
26 - Pernambuco	55.156	3.786	58.942	1.082,15	1.778,96	1.126,90
27 - Alagoas	24.402	933	25.335	846,12	1.315,22	863,4
28 - Sergipe	19.764	1.679	21.443	998,09	1.464,63	1.034,62
29 - Bahia	77.670	6.802	84.472	1.202,79	1.750,03	1.246,86
31 - Minas Gerais	132.699	11.848	144.547	1.078,13	1.480,47	1.111,11
32 - Espírito Santo	28.651	2.784	31.435	986,56	1.429,52	1.025,79
33 - Rio de Janeiro	69.567	7.813	77.380	1.503,29	2.120,83	1.565,64
35 - São Paulo	255.970	28.765	284.735	1.468,84	2.355,43	1.558,41
41 - Paraná	66.494	6.584	73.078	1.160,08	1.385,83	1.180,42
42 - Santa Catarina	56.522	4.915	61.437	1.033,15	1.213,52	1.047,58
43 - Rio Grande do Sul	63.017	5.340	68.357	1.054,42	1.325,29	1.075,58
50 - Mato Grosso do Sul	13.361	1.178	14.539	1.112,36	1.307,80	1.128,19
51 - Mato Grosso	16.136	1.658	17.794	1.073,69	1.109,24	1.077,01
52 - Goiás	43.258	3.587	46.845	1.236,66	1.378,53	1.247,52
53 - Distrito Federal	42.607	3.954	46.561	1.510,85	2.429,36	1.588,85
Total	1.199.752	109.491	1.309.243	1.181,47	1.737,44	1.227,97

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 5
Estoque de empregos formais e remuneração média segundo o sexo,
no setor da construção Cnae 42 – Construção de Obras de Infraestrutura –
Brasil e unidade da federação – 2011

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA							
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS			REMUNERAÇÃO (DEZ)- R\$			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
11 - Rondônia	29.207	2.813	32.020	2.459,22	1.683,43	2.391,07	
12 - Acre	1.711	399	2.110	2.310,76	1.163,92	2.093,89	
13 - Amazonas	9.084	658	9.742	1.715,47	1.833,75	1.723,46	
14 - Roraima	527	57	584	2.158,08	3.288,98	2.268,46	
15 - Pará	24.430	2.307	26.737	2.335,29	2.077,31	2.313,03	
16 - Amapá	1.526	72	1.598	2.271,32	3.541,47	2.328,55	
17 - Tocantins	5.353	434	5.787	1.904,54	1.493,66	1.873,72	
21 - Maranhão	16.630	1.282	17.912	2.019,66	1.969,21	2.016,05	
22 - Piauí	5.882	480	6.362	1.503,50	2.260,52	1.560,61	
23 - Ceará	22.180	1.449	23.629	1.460,80	1.839,99	1.484,05	
24 - Rio Grande do Norte	8.697	596	9.293	1.556,54	1.808,77	1.572,72	
25 - Paraíba	4.433	415	4.848	1.195,83	1.700,06	1.239,00	
26 - Pernambuco	62.053	4.690	66.743	1.889,64	2.103,89	1.904,69	
27 - Alagoas	8.191	432	8.623	1.723,53	1.500,18	1.712,34	
28 - Sergipe	3.902	219	4.121	1.405,95	1.391,20	1.405,16	
29 - Bahia	50.412	3.864	54.276	1.943,26	2.011,04	1.948,09	
31 - Minas Gerais	113.597	11.175	124.772	1.707,08	1.679,28	1.704,59	
32 - Espírito Santo	19.700	2.097	21.797	1.462,80	1.181,52	1.435,74	
33 - Rio de Janeiro	114.747	11.168	125.915	2.122,49	2.249,17	2.133,72	
35 - São Paulo	183.113	20.339	203.452	2.077,18	2.074,55	2.076,92	
41 - Paraná	40.116	2.728	42.844	1.907,02	2.071,82	1.917,51	
42 - Santa Catarina	16.210	1.547	17.757	1.471,13	1.311,16	1.457,19	
43 - Rio Grande do Sul	39.708	2.594	42.302	1.552,06	1.514,05	1.549,73	
50 - Mato Grosso do Sul	9.855	1.110	10.965	1.440,92	1.152,39	1.411,71	
51 - Mato Grosso	11.676	1.029	12.705	1.818,99	1.863,72	1.822,61	
52 - Goiás	21.561	1.940	23.501	1.637,90	1.432,30	1.620,93	
53 - Distrito Federal	15.977	3.798	19.775	3.674,87	3.456,22	3.632,88	
Total	840.478	79.692	920.170	1.939,13	1.985,22	1.943,12	

Fonte: RAIS/MTE
 Elaboração: DIEESE

TABELA 6
Estoque de empregos formais e remuneração média segundo o sexo, no setor
da construção Cnae 43 – Serviços Especializados para a Construção – Brasil e
unidade da federação – 2011

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO							
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS			REMUNERAÇÃO (DEZ)- R\$			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
11 - Rondônia	2.434	342	2.776	1.112,74	1.034,12	1.103,05	
12 - Acre	804	93	897	884,22	763,73	871,73	
13 - Amazonas	6.265	722	6.987	1.168,71	1.078,43	1.159,38	
14 - Roraima	749	46	795	1.124,27	1.164,00	1.126,57	
15 - Pará	17.068	1.222	18.290	1.486,94	1.376,49	1.479,56	
16 - Amapá	417	61	478	912,6	755,64	892,57	
17 - Tocantins	1.349	115	1.464	1.008,47	949,94	1.003,88	
21 - Maranhão	9.119	681	9.800	1.385,76	1.297,34	1.379,62	
22 - Piauí	1.503	140	1.643	736,28	790,55	740,9	
23 - Ceará	11.436	995	12.431	1.018,82	1.186,67	1.032,26	
24 - Rio Grande do Norte	5.169	336	5.505	1.070,99	1.026,81	1.068,29	
25 - Paraíba	5.974	398	6.372	928,78	929,25	928,81	
26 - Pernambuco	23.172	1.913	25.085	1.215,05	1.379,81	1.227,61	
27 - Alagoas	3.290	178	3.468	779,63	863,65	783,94	
28 - Sergipe	4.076	454	4.530	1.305,34	1.440,62	1.318,90	
29 - Bahia	32.451	2.537	34.988	1.294,03	1.267,14	1.292,08	
31 - Minas Gerais	64.501	5.398	69.899	1.282,13	1.153,71	1.272,22	
32 - Espírito Santo	12.801	1.239	14.040	1.183,88	1.010,53	1.168,58	
33 - Rio de Janeiro	62.663	5.808	68.471	1.305,86	1.244,56	1.300,67	
35 - São Paulo	227.274	17.361	244.635	1.616,78	1.765,02	1.627,30	
41 - Paraná	35.975	2.663	38.638	1.159,56	1.061,42	1.152,79	
42 - Santa Catarina	24.083	1.961	26.044	1.110,91	1.021,46	1.104,18	
43 - Rio Grande do Sul	32.350	3.130	35.480	1.102,07	931,69	1.087,04	
50 - Mato Grosso do Sul	6.000	613	6.613	1.014,54	869,83	1.001,12	
51 - Mato Grosso	7.013	593	7.606	1.235,48	1.039,80	1.220,22	
52 - Goiás	16.188	1.444	17.632	1.171,54	1.223,86	1.175,82	
53 - Distrito Federal	13.872	1.279	15.151	1.101,59	989,58	1.092,13	
Total	627.996	51.722	679.718	1.359,04	1.351,95	1.358,50	

Fonte: RAIS/MTE
 Elaboração: DIEESE

TABELA 7
Estoque de empregos formais e remuneração média , segundo o sexo no setor da construção – Brasil e unidade da federação – 2011

SETOR DA CONSTRUÇÃO - TOTAL						
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS			REMUNERAÇÃO (DEZ)- R\$		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
11 - Rondônia	38.271	4.303	42.574	2.133,81	1.431,78	2.062,86
12 - Acre	6.207	1.043	7.250	1.298,92	1.015,80	1.258,19
13 - Amazonas	33.244	3.348	36.592	1.324,47	1.606,57	1.350,28
14 - Roraima	3.163	333	3.496	1.308,38	1.303,92	1.307,95
15 - Pará	74.109	5.804	79.913	1.543,77	1.599,83	1.547,84
16 - Amapá	5.964	533	6.497	1.272,52	1.100,33	1.258,40
17 - Tocantins	12.468	903	13.371	1.321,79	1.231,53	1.315,69
21 - Maranhão	56.766	4.584	61.350	1.307,12	1.321,58	1.308,20
22 - Piauí	29.146	1.493	30.639	925,07	1.363,22	946,42
23 - Ceará	84.532	5.641	90.173	1.082,03	1.496,87	1.107,99
24 - Rio Grande do Norte	41.562	2.999	44.561	1.137,02	1.417,11	1.155,87
25 - Paraíba	40.993	2.994	43.987	875,2	1.167,81	895,12
26 - Pernambuco	140.381	10.389	150.770	1.461,02	1.852,15	1.487,97
27 - Alagoas	35.883	1.543	37.426	1.040,31	1.314,91	1.051,63
28 - Sergipe	27.742	2.352	30.094	1.100,60	1.453,16	1.128,15
29 - Bahia	160.533	13.203	173.736	1.453,76	1.733,63	1.475,03
31 - Minas Gerais	310.797	28.421	339.218	1.350,35	1.496,58	1.362,60
32 - Espírito Santo	61.152	6.120	67.272	1.181,29	1.259,72	1.188,42
33 - Rio de Janeiro	246.977	24.789	271.766	1.740,88	1.973,34	1.762,09
35 - São Paulo	666.357	66.465	732.822	1.686,47	2.115,26	1.725,36
41 - Paraná	142.585	11.975	154.560	1.370,10	1.469,96	1.377,83
42 - Santa Catarina	96.815	8.423	105.238	1.125,82	1.186,74	1.130,70
43 - Rio Grande do Sul	135.075	11.064	146.139	1.212,12	1.258,20	1.215,61
50 - Mato Grosso do Sul	29.216	2.901	32.117	1.203,10	1.155,79	1.198,82
51 - Mato Grosso	34.825	3.280	38.105	1.356,15	1.333,38	1.354,19
52 - Goiás	81.007	6.971	87.978	1.330,44	1.361,46	1.332,90
53 - Distrito Federal	72.456	9.031	81.487	1.909,67	2.657,30	1.992,53
TOTAL	2.668.226	240.905	2.909.131	1.461,92	1.736,64	1.484,67

Fonte: RAIS/MTE
 Elaboração: DIEESE

TABELA 8
Admitidos, desligados e saldo segundo a faixa etária no setor da construção, divisão Cnae 41 - Construção de Edifícios– Brasil 2011-2012

FAIXA ETÁRIA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS					
	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 24 anos	335.900	290.244	45.656	332.224	303.716	28.508
25 a 29 anos	241.095	228.753	12.342	237.361	237.363	-2
30 a 39 anos	367.572	356.108	11.464	365.767	371.640	-5.873
40 a 49 anos	229.085	226.342	2.743	224.194	229.824	-5.630
50 a 64 anos	123.718	126.198	-2.480	121.250	130.098	-8.848
65 anos ou mais	3.909	5.334	-1.425	4.163	6.174	-2.011
TOTAL	1.301.279	1.232.979	68.300	1.284.959	1.278.815	6.144

Fonte: CAGED/MTE
 Elaboração: DIEESE

TABELA 9

Admitidos, desligados e saldo segundo a faixa etária no setor da construção, divisão Cnae 42 - Construção de Obras de Infraestrutura - Brasil 2011-2012

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA						
FAIXA ETÁRIA	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 24 anos	225.240	187.391	37.849	236.720	200.611	36.109
25 a 29 anos	175.881	163.425	12.456	183.971	174.697	9.274
30 a 39 anos	246.570	236.218	10.352	263.353	256.910	6.443
40 a 49 anos	135.098	133.174	1.924	137.840	138.790	-950
50 a 64 anos	72.363	74.885	-2.522	73.562	77.036	-3.474
65 anos ou mais	2.398	3.395	-997	2.608	3.796	-1.188
TOTAL	857.550	798.488	59.062	898.054	851.840	46.214

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 10

Admitidos, desligados e saldo segundo a faixa etária no setor da construção, divisão Cnae 43 - Serviços Especializados para a Construção- Brasil 2011-2012

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO						
FAIXA ETÁRIA	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 24 anos	173.031	144.043	28.988	181.349	158.798	22.551
25 a 29 anos	120.132	111.914	8.218	124.762	119.898	4.864
30 a 39 anos	167.639	159.458	8.181	176.807	171.965	4.842
40 a 49 anos	91.971	88.135	3.836	94.554	92.652	1.902
50 a 64 anos	47.233	46.293	940	47.721	49.038	-1.317
65 anos ou mais	1.544	2.031	-487	1.705	2.386	-681
TOTAL	601.550	551.874	49.676	626.898	594.737	32.161

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 11

Admitidos, desligados e saldo segundo o grau de instrução no setor da construção, divisão Cnae 41 - Construção de Edifícios- Brasil 2011-2012

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						
GRAU DE INSTRUÇÃO	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Analfabeto	15.824	15.114	710	15.225	15.275	-50
Fundamental Incompleto	549.353	544.539	4.814	506.072	525.491	-19.419
Fundamental completo	275.248	268.995	6.253	271.493	271.660	-167
Médio Incompleto	115.033	107.818	7.215	117.307	116.760	547
Médio completo	303.949	264.458	39.491	332.651	313.201	19.450
Superior Incompleto	14.652	10.934	3.718	15.737	12.806	2.931
Superior completo	27.220	21.121	6.099	26.474	23.622	2.852
Total	1.301.279	1.232.979	68.300	1.284.959	1.278.815	6.144

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 12
Admitidos, desligados e saldo segundo o grau de instrução no setor da construção,
divisão Cnae 42 - Construção de Obras de Infraestrutura - Brasil 2011-2012

GRAU DE INSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA					
	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Analfabeto	6.509	6.446	63	6.258	6.508	-250
Fundamental Incompleto	303.287	295.030	8.257	302.548	302.061	487
Fundamental completo	165.726	160.187	5.539	163.699	163.758	-59
Médio Incompleto	83.096	76.178	6.918	88.422	81.545	6.877
Médio completo	268.707	235.017	33.690	305.449	267.985	37.464
Superior Incompleto	9.963	8.619	1.344	9.906	10.481	-575
Superior completo	20.262	17.011	3.251	21.772	19.502	2.270
Total	857.550	798.488	59.062	898.054	851.840	46.214

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 13
Admitidos, desligados e saldo segundo o grau de instrução no setor da construção,
divisão Cnae 43 - Serviços Especializados para a Construção- Brasil 2011-2012

GRAU DE INSTRUÇÃO	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO					
	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Analfabeto	4.237	4.160	77	4.439	4.144	295
Fundamental Incompleto	163.016	158.232	4.784	155.881	158.713	-2.832
Fundamental completo	128.863	124.042	4.821	128.635	126.029	2.606
Médio Incompleto	66.342	59.575	6.767	66.938	64.733	2.205
Médio completo	221.601	191.929	29.672	252.498	225.457	27.041
Superior Incompleto	6.920	5.706	1.214	7.322	6.309	1.013
Superior completo	10.571	8.230	2.341	11.185	9.352	1.833
Total	601.550	551.874	49.676	626.898	594.737	32.161

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 14
Admitidos, desligados e saldo por faixa de salário mínimo no setor da construção,
divisão Cnae 41 - Construção de Edifícios- Brasil 2011-2012

FAIXA DE REMUNERAÇÃO	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS					
	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 0,5 salário mínimo	4.318	3.269	1.049	5.154	4.840	314
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	70.032	59.938	10.094	106.261	89.253	17.008
De 1,01 a 1,5 salário mínimo	588.189	522.987	65.202	591.261	551.952	39.309
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	451.172	433.752	17.420	428.616	439.086	-10.470
De 2,01 a 3,0 salários mínimos	125.080	141.779	-16.699	98.480	123.436	-24.956
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	24.794	29.606	-4.812	21.802	29.698	-7.896
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	12.010	12.786	-776	11.853	13.534	-1.681
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	9.620	10.734	-1.114	7.628	10.239	-2.611
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	7.228	7.414	-186	6.563	7.313	-750
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	3.932	3.755	177	3.089	3.723	-634
De 15,01 a 20 salários mínimos	1.057	1.145	-88	847	1.111	-264
Mais de 20,0 salários mínimos	930	1.070	-140	680	1.088	-408
Ignorados	2.917	4.744	-1.827	2.725	3.542	-817
TOTAL	1.301.279	1.232.979	68.300	1.284.959	1.278.815	6.144

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 15
Admitidos, desligados e saldo por faixa de salário mínimo no setor da construção, divisão Cnae 42 - Construção de Obras de Infraestrutura- Brasil 2011-2012

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA						
FAIXA DE REMUNERAÇÃO	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 0,5 salário mínimo	5.113	3.685	1.428	5.367	4.950	417
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	34.373	22.917	11.456	42.882	31.378	11.504
De 1,01 a 1,5 salário mínimo	313.638	253.804	59.834	329.121	271.467	57.654
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	241.873	214.197	27.676	251.330	235.844	15.486
De 2,01 a 3,0 salários mímos	163.694	178.424	-14.730	171.950	183.165	-11.215
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	45.985	60.077	-14.092	46.668	59.489	-12.821
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	19.206	23.684	-4.478	19.719	24.407	-4.688
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	14.552	19.068	-4.516	13.908	18.594	-4.686
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	8.548	10.483	-1.935	8.221	10.477	-2.256
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	4.551	5.355	-804	4.299	5.518	-1.219
De 15,01 a 20 salários mínimos	1.653	1.844	-191	1.561	2.363	-802
Mais de 20,0 salários mínimos	1.717	1.814	-97	1.314	1.996	-682
Ignorados	2.647	3.136	-489	1.714	2.192	-478
TOTAL	857.550	798.488	59.062	898.054	851.840	46.214

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

TABELA 16
Admitidos, desligados e saldo por faixa de salário mínimo no setor da construção, divisão Cnae 43 – Serviços Especializados para a Construção – Brasil 2011-2012

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO						
FAIXA DE REMUNERAÇÃO	2011			2012		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Até 0,5 salário mínimo	1.846	1.301	545	1.959	1.794	165
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	21.162	17.331	3.831	30.097	25.805	4.292
De 1,01 a 1,5 salário mínimo	204.985	172.942	32.043	242.784	215.827	26.957
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	242.882	222.036	20.846	241.674	232.221	9.453
De 2,01 a 3,0 salários mímos	93.389	95.934	-2.545	79.659	83.558	-3.899
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	20.095	22.166	-2.071	16.352	19.099	-2.747
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	7.334	8.175	-841	6.735	7.392	-657
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	4.498	6.031	-1.533	3.312	4.363	-1.051
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	2.431	2.834	-403	2.054	2.376	-322
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	1.211	1.287	-76	856	960	-104
De 15,01 a 20 salários mínimos	341	353	-12	237	235	2
Mais de 20,0 salários mínimos	401	350	51	157	242	-85
Ignorados	975	1.134	-159	1.022	865	157
TOTAL	601.550	551.874	49.676	626.898	594.737	32.161

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: DIEESE

Bibliografia

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2011. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>;

DIEESE. **Balanco das greves em 2010-2011**. São Paulo, nov. 2012. (Estudos e Pesquisas, 63). Disponível em: www.dieese.org.br;

_____. **Balanco das negociações dos reajustes salariais de 2012**. São Paulo, mar. 2013. (Estudos e Pesquisas, 64). Disponível em: www.dieese.org.br;

_____. **Construção civil**: o desafio de enfrentar a alta rotatividade no setor pós-compromisso nacional. Brasília, DF. [2013?]. Versão preliminar.

_____. **Estudo setorial da construção**. São Paulo, abr. 2011. (Estudos e Pesquisas, 56). Disponível em: www.dieese.org.br;

_____. **Mesa nacional da construção**: o diálogo social tripartite rumo a condições de trabalho decente no setor da construção. São Paulo, maio 2013. (Mota Técnica, 124). Disponível em: www.dieese.org.br

_____. O trabalho por conta própria na construção. **Boletim Trabalho e Construção**, São Paulo, n. 5, fev. 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2011/2011boletimConstrucaoCivil5.pdf>

VALOR SETORIAL. **Infraestrutura e grandes obras**. São Paulo, ago. 2011.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Cristiane Garrido
José Álvaro
Karla Braz
Luciana Pena Morgado
Luís Ribeiro (apoio técnico)
Thiago Fontes (apoio técnico)
Vinícius Bredariol (apoio técnico)
Rodrigo Linhares (apoio técnico)

Equipe de Crítica

Ana Georgina Dias
Lilian Arruda Marques
Iara Heger (revisão de texto)